

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

ANA RAPHAELA DE MELO FLORÊNCIO

**TEORIA DA GUERRA NAVAL, CONTROLE E NEGAÇÃO DO MAR: O CASO DO
MÍSSIL BRAHMOS NA MARINHA DA ÍNDIA**

João Pessoa-PB
2023

ANA RAPHAELA DE MELO FLORÊNCIO

**TEORIA DA GUERRA NAVAL, CONTROLE E NEGAÇÃO DO MAR: O CASO DO
MÍSSIL BRAHMOS NA MARINHA DA ÍNDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Augusto W. M. Teixeira Júnior

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Central

F632t Florêncio, Ana Raphaela de Melo.

Teoria da Guerra Naval, Controle e Negação do Mar :
o Caso do Míssil BrahMos na Marinha da Índia / Ana
Raphaela de Melo Florêncio. - João Pessoa, 2023.
73 f. : il.

Orientação: Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. BrahMos - Míssil de cruzeiro. 2. Guerra naval. 3.
Marinha da Índia. 4. Mar - Controle e negação. I.
Teixeira Júnior, Augusto Wagner Menezes. II. Título.

UFPB/BC

CDU 629.76(043)



Universidade Federal da Paraíba
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ATA Nº 20

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às 10h00min, na sala virtual do google meet, endereço: meet.google.com/oru-jasy-hwx, instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) ANA RAPHAELA DE MELO FLORENCIO. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. EDUARDO MUNHOZ SVARTMAN, UFRGS, examinador externo à instituição, Dr. ÉRICO ESTEVES DUARTE, UFRGS, examinador externo à instituição, Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR, UFPB, presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do professor Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR, que de imediato solicitou a(o) candidato (a) que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada TEORIA DA GUERRA NAVAL, CONTROLE E NEGAÇÃO DO MAR: O CASO DO MÍSSIL EMBARCADO BRAHMOS NA MARINHA DA ÍNDIA. Concluída a exposição, o professor Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR, presidente, passou a palavra ao professor Dr. EDUARDO MUNHOZ SVARTMAN, para arguir o(a) candidato(a), e, em seguida, ao professor Dr. ÉRICO ESTEVES DUARTE para que fizessem o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido aprovada a candidata, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba.

A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de 90 dias; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. O(A) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. EDUARDO MUNHOZ SVARTMAN, UFRGS

Examinador Externo à Instituição



Documento assinado digitalmente

EDUARDO MUNHOZ SVARTMAN

Data: 28/07/2023 12:54:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. ÉRICO ESTEVES DUARTE, UFRGS

Examinador Externo à Instituição



Documento assinado digitalmente

ERICO ESTEVES DUARTE

Data: 04/08/2023 10:21:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR, UFPB

Presidente



Documento assinado digitalmente

AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JU

Data: 28/07/2023 12:08:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANA RAPHAELA DE MELO FLORENCIO

Mestrando

Às minhas avós, Maria(s) do Carmo e Socorro, que apesar da limitada educação, eram sábias e revolucionárias em sua época. Por sempre me incentivar e acreditar em minha capacidade, DEDICO

AGRADECIMENTOS

Nunca achei que seria tão difícil escrever esses agradecimentos, pois escrever essa dissertação foi uma verdadeira prova de resistência física e mental. Diversas coisas aconteceram de uma só vez, em pouco tempo, e a pior foi me encontrar sem as pessoas mais importantes da minha vida. Então, meu primeiro agradecimento é para as minhas avós, Maria do Carmo e Maria do Socorro, por todas as lições ensinadas e que foram tão necessárias para ter concluído essa etapa da minha vida. Saibam que quando achei que não aguentaria mais, vocês quem me sustentaram.

Agradeço às minhas irmãs por toda paciência e ajuda quando mais precisei, vocês sabem de cada coisa e não preciso colocar aqui. Ao meu companheiro, que viu o pior e o melhor de mim e sempre respeitou meus momentos, olhando para minhas vulnerabilidades e entendendo que terminar esse mestrado tinha muito mais a ver com a realização de um sonho pessoal do que profissional. Agradeço a mim mesma, principalmente, por sobreviver a esse período tão conturbado e apesar de não ter visto mais razão pela qual continuar, percebeu que quando a vida terrena de quem se ama acaba, as suas lições e seu amor não. Obrigada por ter persistido.

Agradeço aos meus amigos que mesmo distante foram tão importantes nas dúvidas que me surgiam no meio da escrita, obrigada Tamiris Santos. André Carvalho obrigada por ter me ajudado no processo seletivo para o mestrado, qual programa escolher e por sempre estar disponível para me ajudar. Agradeço a todos os colegas que me acompanharam nas aulas do mestrado, acredito que todos vocês tenham um grande futuro pela frente.

Agradeço a toda equipe do PROCAD Defesa – Astros 2020, principalmente aos colegas de *Newsletter*. Agradeço ao meu orientador Augusto Teixeira por ter dado a oportunidade de conhecer e trabalhar com pesquisadores tão incríveis no PROCAD, por entender, respeitar, aconselhar e principalmente por dizer uma das melhores coisas que pude ouvir “Muito bom ter você aqui de novo”.

A Nação é feita por piratas e profetas. Mas piratas e profetas, dos bons, geram-nos a Universidade. Somente com bons piratas e bons profetas do mar é que nos apropriaremos desse Mar com uma posse real, profunda, apaixonada, definitiva.”
MOREIRA DA SILVA, P. C. O Desafio do Mar, 1970.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARH - *Active Radar Homing*.

DM - Doutrina Militar.

DRDO - Organização de Pesquisa e Desenvolvimento de Defesa da Índia.

IGMDP - Programa Integrado de Desenvolvimento de Mísseis Guiados.

INS - Sistema de Navegação Inercial.

IOR – Rotas do Oceano Índico.

JSC MIC - *Joint Stock Company “Military and Industrial Corporation”* da Rússia.

MTCR - Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.

ONU - Organização das Nações Unidas.

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.

PJ-10 - Outra denominação para identificar o míssil *BrahMos*.

SLOC – Linhas de Comunicação Marítima.

UAVs – Veículos aéreos não tripulados.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Índia Colonial.

Figura 2 – A Caxemira.

Figura 3 – Distância do ataque em 1965 até a capital da Índia.

Figura 4 – Atentado de 2008 na Índia.

Figura 5 – Fluxo de elaboração de documentos estratégicos na Índia (2007).

Figura 6 – Relação entre Política, Doutrina e Estratégia.

Figura 7 – Fluxo de elaboração dos documentos estratégicos na Índia (2009).

Figura 8 – *Choke points* e Rotas de Transporte Internacional no Oceano Índico.

Figura 9 – Mísseis Balístico e de Cruzeiro da Índia.

Figura 10 – Trajetória de voo de mísseis balístico e de cruzeiro.

Figura 11 – Trajetória de voo do *BrahMos*.

Figura 12 – Informações técnicas sobre o Míssil *BrahMos*.

Figura 13 – Comparativo entre o *Oniks* (P-800) e *BrahMos* (PJ-10).

Figura 14 – Lançamento vertical e inclinado baseado em navio.

Figura 15 – Local de armazenamento do míssil de cruzeiro *BrahMos* em um submarino.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variáveis sobre o Controle Marítimo.

Tabela 2 – Diferença entre Controle do Mar e Negação do Mar.

Tabela 3 – Tipo, Classe e Quantidade de Capacidade Bélica da Marinha da Índia.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização das Ilhas Malvinas e principais linhas de comunicação marítima.

Mapa 2 – Atentado de 2008 na Índia.

Mapa 3 – *Choke points* e Rotas de Transporte Internacional no Oceano Índico.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de investigar como a adoção do míssil de cruzeiro *BrahMos* pela Marinha Indiana reflete a doutrina e estratégia do pensamento marítimo da Índia. O trabalho busca, portanto, responder a seguinte questão: Como a adoção e operacionalização do míssil de cruzeiro *BrahMos* reflete a estratégia e doutrina de Controle e Negação do Mar da Marinha da Índia? Para desenvolver a análise foi feito um Estudo de Caso, no qual se aplica a técnica de *Process Tracing*. O estudo de caso analisou os aspectos históricos que foram identificados como os mais relevantes para a mudança de pensamento estratégico marítimo da Marinha Indiana. Como os contextos doméstico e internacional moldaram os interesses nacionais, a política nacional de segurança indiana, sua doutrina e estratégia marítima. Diante de todo esse arcabouço educacional (estratégico), os meios adquiridos, por compra ou desenvolvimento levaram a uma adequação ao pensamento estratégico marítimo e à adoção e operacionalização do *BrahMos* embarcado, refletindo uma estratégia de Controle e Negação do mar. A Teoria da Guerra Naval de Julian Corbett foi escolhida como a base do estudo por tratar da adequação dos meios a estratégia adotada por uma marinha. Também por fazer uma revisão de literatura mais robusta sobre o que é Controle e Negação do mar, para compreender a aplicação dos conceitos utilizados nos documentos estratégicos marítimos indianos. O respaldo documental e factual à pesquisa é realizado através da utilização de literatura especializada, dados extraídos dos documentos estratégicos marítimos - Doutrina Marítima Indiana de 2004 e 2009, e Estratégia Marítima Indiana de 2007 e 2009, também relatórios internacionais como *The Military Balance* e *SIPRI Yearbook* foram utilizados. A pesquisa concluiu que a adoção e operacionalização do míssil de cruzeiro *BrahMos* pela Marinha Indiana representa adequação dos meios a estratégia marítima de Controle e Negação do mar apresentadas em seus documentos estratégicos.

Palavras-chave: *BrahMos*; Míssil de Cruzeiro; Marinha da Índia; Teoria da Guerra Naval; Controle e Negação do Mar.

ABSTRACT

The present investigation aims to enquire how the adoption of the *BrahMos* cruise missile by the Indian Navy reflects India's maritime thinking doctrine and strategy. The study seeks, therefore, to answer the following question: How does the adoption and operationalisation of the *BrahMos* cruise missile reflect the Indian Navy's Sea Control and Sea Denial strategy and doctrine? To develop the analysis, a Case Study was conducted, in which the Process Tracing technique is applied. The case study analysed the historical aspects that were identified as the most relevant to the changing maritime strategic thinking of the Indian Navy. How domestic and international contexts have shaped national interests, Indian national security policy, and maritime doctrine and strategy. Given all this educational (strategic) framework, the means acquired, by purchase or development led to an adaptation to maritime strategic thinking, to the adoption and operationalisation of the embarked *BrahMos*, reflecting a strategy of Control and Sea Denial. Julian Corbett's Theory of Naval Warfare was chosen as the basis of the study as it deals with the suitability of means to the strategy adopted by a navy. Also, for doing a more robust literature review on what is Control and Sea Denial, to understand the application of the concepts used in Indian maritime strategic documents. The documentary and factual support to the research is done by using specialised literature data extracted from the maritime strategic documents - Indian Maritime Doctrine 2004 and 2009, and Indian Maritime Strategy 2007 and 2009, also international reports like The Military Balance and SIPRI Yearbook have been used. The research concluded that the adoption and operationalisation of the *BrahMos* cruise missile by the Indian Navy represents adequacy of means to the maritime strategy of Control and Sea Denial presented in its strategic documents.

Keywords: *BrahMos*; Cruise Missile; Indian Navy; Naval Warfare Theory; Sea Control and Sea Denial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
METODOLOGIA.....	15
1 TEORIA DA GUERRA NAVAL E NEGAÇÃO DO MAR.....	18
1.1 TEORIA DA GUERRA NAVAL.....	20
1.2 CONTROLE DO MAR E A NEGAÇÃO DO MAR	25
2 MARINHA DA ÍNDIA.....	30
2.1 BREVE HISTÓRICO DA MARINHA INDIANA.....	31
2.2 DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS	43
3 BRAHMOS.....	55
3.1 O MÍSSIL DE CRUZEIRO SUPERSÔNICO BRAHMOS EMBARCADO	57
3.2 O USO DO BRAHMOS NA MARINHA INDIANA.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em investigar como a adoção do míssil de cruzeiro *BrahMos* pela Marinha Indiana reflete a doutrina e estratégia do pensamento marítimo da Índia. O trabalho busca, portanto, responder a seguinte questão: Como a adoção e operacionalização do míssil de cruzeiro *BrahMos* reflete a estratégia e doutrina de Controle e Negação do Mar da Marinha da Índia?

O tema em questão foi escolhido devido ao fato da Índia possuir a 5ª maior economia do mundo (The World Bank, 2023), a maior população do mundo, segundo o relatório *Perspectivas da População Mundial* (United Nations, 2022). Ser o maior importador de armas do mundo (IISS, 2023; SIPRI, 2022)¹ e possuir uma cadeia de desenvolvimento tecnológico que insere a academia, governo e iniciativa privada (tríplice hélice).

A Índia possui um dos territórios com maior diversificação cultural do mundo, com 22 idiomas reconhecidos por sua Constituição, mais de 1.600 dialetos falados em uma área de 3.3 milhões de km² e uma linha costeira de 7.517 km. A Índia tornou-se independente da colonização britânica em 1947 e hoje se consolida como um país em desenvolvimento, com industrialização de alta capacidade tecnológica (Government of India, [s. d.]) Diante de tal capacidade e de influência do próprio governo em busca de soluções que diminuíssem a dependência internacional do Estado, foi que alguns programas de incentivos à nacionalização de tecnologias tomaram vida. Em um dos momentos de fortalecimento industrial, tecnológico e científico, o projeto do míssil *BrahMos* foi assinado como um *joint venture* entre a Índia e a Rússia.

Além dos fatores de alta relevância mencionados acima, a escolha do tema se deu devido ao contexto de pesquisa em que a pesquisadora está inserida. Como membro pesquisadora voluntária do PROCAD-Defesa Astros 2020, pode aprofundar seus conhecimentos sobre missilística, relação dos meios com pensamento doutrinário e estratégico. Após a conclusão da segunda nota técnica, o caso da Índia chamou atenção, por sua similaridade com o Brasil². No intuito de entender melhor como esses processos de adoção aconteceram e também pelo fato de poder estudar

¹ De acordo com o Relatório Anual do SIPRI de 2022, a Índia é responsável por 11% de todas as importações de armas feitas no mundo (SIPRI, 2022, p. 13).

² Ter uma longa fronteira marítima, ser uma economia em desenvolvimento, possuir uma grande população, com um grande território, e uma grande variedade cultural, além de buscar ser a principal potência da sua região.

algo que existe e é operacional, o *BrahMos* ganhou relevante notoriedade como objeto de pesquisa.

A grandiosidade da Índia em termos internacionais torna essa pesquisa relevante, além de adentrar em um escopo inédito, que busca a ligação entre o pensamento doutrinário e estratégico de Controle e Negação do Mar, e a adoção e operacionalização do míssil *BrahMos* na Marinha indiana. A fim de ilustrar como a doutrina e estratégia de Controle e Negação do Mar refletiu na adoção e operacionalização do *BrahMos*, o conflito de disputa pela Caxemira entre a Índia e o Paquistão será apresentado. Pois apesar dos conflitos terem sido resolvidos longe do mar, momentos de insegurança nacional aconteceram na sua costa, e através dela. O problema chamado por Amit Gupta (2018) de “*maritime routes for terror*” é ainda um grande problema para o Estado da Índia.

Uma reforma que iniciou no governo Atal Bihari Vajpayee (1998-2004), viu sua mudança de pensamento e postura quanto à importância do poder marítimo com o lançamento da primeira Doutrina Marítima (DM) em 2004, e sua reforma em 2009, ainda em vigor. A relação político-estratégica da mudança de pensamento e postura da Índia não é nada simples, assim como em qualquer organismo, elementos políticos, econômicos, e estratégicos, internos e externos, são fatores de influência.

O debate aqui proposto, sobre o que leva um país a desenvolver e adotar um equipamento bélico, é necessário e vai além de observar relatórios internacionais de institutos de pesquisa. Uma vez que, a percepção sobre uma ameaça responde à diferença e característica daquele que o observa, neste caso, o Estado Indiano (Saint-Pierre, 2011). Muito se estuda sobre como um míssil de cruzeiro aumenta a capacidade bélica de um país, mas pouco se entende da adoção e sua operacionalização em uma força armada. Como e onde o míssil pode ser usado, o que existe por trás de sua adoção e o que sua operacionalização significa quanto ao pensamento estratégico adotado.

METODOLOGIA

O presente trabalho é elaborado como um Estudo de Caso, no qual se aplica a técnica de *Process Tracing*. O Estudo de Caso visa analisar algum aspecto de um episódio histórico para desenvolver ou testar explicações históricas. *Process Tracing*, por sua vez, foi escolhido como foco nessa pesquisa por ser uma ferramenta de estudos qualitativos que visa a análise sistemática de fatos que afetaram a segurança

da costa da Índia, e resultaram na mudança de pensamento estratégico marítimo e a adoção e operacionalização do míssil de cruzeiro *BrahMos* de modo que componham um processo. O método não é um fim em si, mas uma ferramenta que auxilia na aplicação da teoria para analisar um caso (Bennett; Checkel, 2014; Rezende, 2011).

O aspecto que a pesquisa aspira analisar é como a adoção do míssil de cruzeiro *BrahMos*, reflete a mudança de pensamento estratégico da Marinha Indiana, buscando uma estratégia de Controle e Negação do Mar, após eventos que ocorreram em sua costa marítima e através dela. Mediante apresentação dos episódios históricos, do processo para o desenvolvimento do míssil de cruzeiro *BrahMos* e sua adoção na Marinha Indiana, dos dados extraídos dos documentos estratégicos (doutrina, estratégia e relatórios anuais), também relatórios internacionais (*The Military Balance, 2023, SIPRI Yearbook, 2022*) busca-se respaldo documental e factual à pesquisa. Esses dados históricos e documentais são importantes e necessários para amparar e validar o estudo, visando manter a transparência e o acesso aos dados usados, permitindo, portanto, que novos testes de teoria sejam feitos e adicionados.

O *process tracing* consistiu na melhor ferramenta para explicar os processos causais que ligam a hipótese aos acontecimentos históricos factuais em livros e documentos estratégicos. Esse processo causal/histórico é analisado a partir da reorganização dos meios da Marinha, com o enfoque na adoção e operacionalização do míssil de cruzeiro *BrahMos*, a fim de atuar na proteção de sua costa.

Identificar os fatores que interligam e geram o processo, levarão a observações que terão valor explicativo e perguntas para guiar todo processo de pesquisa. O *process tracing* é útil nessa pesquisa tendo em vista que seu objetivo é analisar as complexidades e nuances da mudança de postura estratégica da Marinha Indiana como consequência dos eventos de violência sofridos e se essa mudança levou a adoção e operacionalização do *BrahMos* embarcado.

A pergunta que norteia a análise é “Como a adoção e operacionalização do míssil de cruzeiro *BrahMos* reflete a estratégia e doutrina de Controle e Negação do Mar da Marinha da Índia?” Resultando na hipótese levantada, “A adoção e operacionalização do *BrahMos* embarcado é reflexo do pensamento estratégico voltado ao Controle e Negação de área da Marinha Indiana. A fim de explanar os fatores de relevância para essa pesquisa, o seguinte trabalho foi organizado em três

capítulos, seguindo uma linha de raciocínio com o objetivo de facilitar o entendimento de todo desenho de pesquisa.

O primeiro capítulo, dividido em dois subcapítulos, se dedica a revisão de literatura que baseia o estudo desenvolvido. A Teoria da Guerra Naval de Sir Julian Corbett é apresentada para se entender a adoção de comando e negação quanto à guerra no mar. Em seguida as definições, similaridades e diferenças entre os termos supracitados (comando e negação do mar) são melhor explorados para quando mais adiante a análise da Doutrina e da Estratégia Marítima indiana forem feitas, o leitor não sinta estranhamento com a aplicação dos dois conceitos usados vastamente nesses documentos.

O segundo capítulo, também subdividido, a primeira parte apresenta um breve histórico da Marinha Indiana e como o conflito Indo-Paquistanês influenciaram nas mudanças da formação e organização da Marinha indiana e como isso reverberou na adoção e operacionalização do *BrahMos*. Finalizando com a introdução da estrutura da Marinha indiana e seus meios. Na segunda parte, fundamentado na história apresentada anteriormente, o rastreio da mudança de pensamento na Marinha é feito a partir dos documentos de estratégias e doutrinas.

Por fim, o terceiro capítulo apresentará um breve contexto sobre o *joint venture* da Índia e da Rússia, detalhamento técnico sobre o *BrahMos* embarcado, às duas versões do míssil lançado de submarino e de navio. A segunda parte deste capítulo se dedica a observar e identificar como o míssil é adotado e operacionalizado em seus documentos estratégicos. Chegando às considerações finais, onde será conduzida uma revisita a cada capítulo, unindo os pontos de maior relevância que destacam a conexão entre adoção e as complexidades históricas às implicações do *BrahMos* para a Negação e Controle do Mar, em consonância aos documentos e entendimento da Índia.

1 TEORIA DA GUERRA NAVAL E NEGAÇÃO DO MAR

O míssil de cruzeiro *BrahMos* tem seu marco inicial em 1998, quando um *joint venture* entre a Índia e a Rússia deu início ao desenvolvimento do meio. Em 2005, a Marinha da Índia adotou e iniciou a operacionalização do míssil. A adoção de um meio em uma força armada deve seguir um pensamento estratégico, e é partindo dessa premissa que o problema de pesquisa se orienta.

Tendo em vista que a doutrina e estratégia marítima da Índia se utilizam dos termos e conceitos, Controle e Negação do Mar, revisitaremos os principais autores que levantam a discussão e cunham esses termos. Alfred T. Mahan criador daquilo que se entende por Poder Marítimo e Julian Corbett que desenvolveu a Teoria da Guerra Naval possuem grande relevância para compreensão do pensamento estratégico marítimo indiano, levando à adoção do míssil de cruzeiro *BrahMos*. A Teoria do Poder Marítimo, remonta do fim do século XIX, com a publicação da obra *The Influence of Seapower upon History, 1660-1783* (1890), escrito pelo almirante estadunidense e professor Alfred T. Mahan (1840-1914). Nessa obra, Mahan estabelece os fundamentos da teoria, sendo ele um dos pioneiros do pensamento sobre guerra no mar (Teixeira Júnior, 2017). Outra personalidade com seu nome frequentemente atribuído à teoria do Poder Marítimo é Julian Corbett, autor de *Some Principles of Maritime Strategy* (1911). Corbett, no que lhe concerne, não tratou de estabelecer as bases para a teoria de Poder Marítimo, mas sim, a Teoria de Guerra Naval, também com vistas a atribuir outras funções a uma marinha de guerra.

Na Teoria do Poder Marítimo, Mahan (1890) trata sobre o **Domínio dos Mares**, voltado para as linhas de comunicação e de comércio, proporcionando o uso do mar livremente, sem pressão de atores externos, sendo então este o objetivo do Poder Marítimo. No tocante ao emprego do poder militar naval, pode-se entender a teoria Mahaniana, em período de guerra, como a concentração de uma frota com o único objetivo de destruir a frota inimiga, na chamada batalha decisiva (O'lavin, 2009). Corbett (1911), sobre a Teoria de Guerra Naval, apresenta o **Comando do Mar** como sendo o objetivo da Guerra Naval, direta ou indiretamente, assegurar o comando do mar ou impedir que o inimigo a utilize.

A visão Mahaniana, cabe compreender que as discussões feitas em sua Teoria são voltadas à **estratégia**, a “ordem natural das coisas”, ou seja, questões **perenes e imutáveis**, que possuem as mesmas causas e efeitos ao longo do tempo. Tais

elementos de discussão estratégica se diferenciam da discussão **tática**, tendo em vista que a **tática** utiliza instrumentos e armas feitas por homens, que buscam o progresso, e de tempos em tempos faz com que aquilo que se conhece por **tática** seja alterada ou completamente refeita, já aquilo que se tem como a base da *estratégia* se mantém ao longo do tempo (Mahan, 1890).

Apesar de Mahan e Corbett possuírem influências de distintos teóricos militares, Corbett também compreende a limitação entre a teoria e a prática quanto aos estudos **táticos**. A partir de tal, discorre que o estudo teórico não pretende conduzir na batalha, mas educar a mente daquele que lidera, portanto, guiá-lo, mas não acompanhá-lo em campo. “A teoria é, de fato, uma questão de educação e deliberação, e não de execução (Corbett, 1911, p. 2)³”. O estudo teórico, logo, deve ser para todos envolvidos, pois no momento em que uma ordem for dada, a linha de pensamento deve ser a mesma em cada indivíduo e ela deve ser clara.

Diferentemente do Mahan que precisou convencer uma nação sobre a importância do desenvolvimento do Poder Marítimo, Corbett escreveu para um público que já dava a devida importância à expressão marítima do poder, a diferença de público e abordagem teórica dos autores, não torna as teorias mutuamente excludentes, e sim, complementares. Ao escrever *Some Principles of Maritime Strategy* (1911), Corbett tinha como público o poder expoente do Poder Naval, o Reino Unido. Tendo em vista que os oficiais da Marinha Real sabiam o que era necessário para um Poder Marítimo estruturado, e o que fazer para vencer batalhas, Corbett não precisava relembrar a importância dos elementos para a estruturação de um Poder Marítimo. Enquanto Mahan precisou convencer os estadunidenses que precisavam ganhar batalhas, Corbett, notou que os britânicos precisavam aprender que apenas os meios para vencer uma batalha não eram o suficiente (Armstrong, 2022).

Uma vez que Corbett desenvolveu a Teoria da Guerra Naval, apresentou elementos de como adequar uma esquadra para alcançar os objetivos explicitados nos documentos estratégicos de uma Marinha, bem como fazer o posicionamento de esquadras de modo a ser o melhor resultado entre os meios disponíveis e a doutrina marítima existente. Aprofundaremos o estudo sobre os elementos mencionados na Teoria da Guerra Marítima de Corbett, como um subsídio teórico ao nosso problema e objeto de pesquisa.

³ Do original: Theory is, in fact, a question of education and deliberation, and not of execution at all.

1.1 TEORIA DA GUERRA NAVAL

Ao escrever sua obra mais famosa, Corbett (1911) pôde ler previamente os escritos de Mahan, que vão além de sua obra principal, além de ter sido influenciado pelos ensinamentos do Carl von Clausewitz, conceitos que usou e transferiu para o domínio marítimo. O autor apresentou as principais definições da Teoria da Guerra de Clausewitz (1979), tratando as Naturezas das Guerras como: **ofensiva e defensiva, limitada e ilimitada**; apontando ainda a conexão existente entre os impérios marítimos e as guerras de natureza limitadas. Foi a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz que posteriormente a Teoria da Guerra Naval tomou forma. A Teoria da Guerra Naval de Corbett se estruturou em três subteorias: teoria do Objetivo – **comando do mar (1)**, teoria dos Meios – **constituição de esquadras (2)**, e teoria do Método – **concentração e dispersão de forças (3)**.

Segundo a Teoria do Objetivo, a finalidade da Guerra Naval deve ser sempre assegurar o comando do mar ou impedir que o inimigo utilize-o (Corbett, 1911; Vego, 2005). O objetivo em uma batalha é o que impulsiona tudo, O'Lavin (2009) argumenta que “Não se pode planejar ou medir resultados se o objetivo final do Estado é desconhecido (tradução nossa)⁴”.

Diferentemente do que era disseminado na época, a perda do comando do mar não implica necessariamente na dominação desse mar pelo inimigo, de acordo com Corbett (1911), “[...] a posição normal não é um mar comandado, mas um mar não comandado (tradução nossa)⁵”. O estado de disputa do comando, reforça a estratégia naval em sua forma mais pura, e chega ao fim quando esse comando é ganho ou perdido. No entendimento de Corbett (1911), o **comando do mar (1)** não é análogo à destruição das forças navais do oponente como um fim em si mesmo. É interessante analisar que a batalha naval decisiva de Mahan, é o meio de alcançar o fim (objetivo) do comando do mar de Corbett. Ou seja, a batalha naval é apenas uma das formas de se alcançar o **comando do mar**.

O **comando do mar (1)**, é visto como o controle das comunicações marítimas, para fins militares e comerciais. Ao fazer a comparação com a Teoria da Guerra de Clausewitz, Corbett assevera que, na guerra terrestre, também há necessidade de se manter as linhas de comunicação, essas, porém, não possuem o mesmo sentido das

⁴ Do original: “One can't plan or measure results if the end state objective is unknown”.

⁵ Do original: “[...] the normal position is not a commanded sea, but an uncommanded sea (Corbett, 1911).”

linhas de comunicação marítimas. Pois, a comunicação por mar vai além da visão de guerra, ela diz respeito a comunicação que faz parte da vida cotidiana de uma nação. Portanto, o controle da comunicação por mar tem o propósito de quebrar o fluxo de recebimento de suprimentos para a população civil, exercendo uma forma de pressão além da esfera militar. Comandar o mar, de acordo com Corbett, não vai além do controle das comunicações marítimas, seja para fins militares ou comerciais. Para ilustrar a importância das linhas de comunicações marítimas, utilizaremos o caso da Argentina, no conflito pelas Ilhas Malvinas, contra o Reino Unido, em 1982.

Mapa 1 – Localização das Ilhas Malvinas e principais linhas de comunicação marítima



Fonte: Scott C. Nietzel, (2007).

A invasão da Ilha pela Argentina se deu de maneira veloz, de uma forma que os ingleses não puderam impedir, devido à aproximação dos territórios, indisponibilidade dos meios e pessoal. Os argentinos, vindos do continente, conseguiram, através da rápida mobilização, concentrar as forças em terras Malvinas, porém, seja por falta de meios adequados, ou por ineficiência, não conseguiram conduzir uma ofensiva em mar que rompesse as linhas marítimas britânicas.

Dessa forma, o Reino Unido pôde isolar todas as Ilhas Malvinas, seu objeto de desejo, e a comunicação dos os argentinos ficou comprometida, sem poder enviar suprimento e mais homens para a Ilha. A Argentina, sem ter a menor condição de alterar ou retaliar a ação britânica, se rendeu em terra (Duarte, 2015). Quando se fala em **comando do mar** e bloqueio das linhas de comunicação, a intenção é isolar o objeto que se deseja (Estado, território, tropa). Para que a comunicação *per si*, ou o fornecimento de subsídios para a manutenção do conflito, seja interrompido e não haja como continuar o conflito.

Para alcançar o objetivo da guerra no mar, é necessário que os **meios (2)** sejam bem constituídos, de acordo com as necessidades de cada marinha de guerra, que são determinadas a partir das características de uma nação, território, localização e tamanho de sua costa. Corbett (1911) argumenta que as classes dos navios que fazem parte de uma frota, deveriam ser a expressão material das ideias estratégicas e táticas que fazem parte de uma frota. A classificação (classe), bem como o uso dos navios, apresenta como é a estruturação de uma frota. Vale salientar, que essa questão varia conforme o avanço da tecnologia para o mar, porém a sua constituição tática deve ser definida a partir da estratégia e doutrina que envolvem a marinha, a tecnologia é adquirida com vistas ao molde pré-existente, oriundo dos documentos estratégicos.

Ao analisar como se dá o **comando do mar (1)**, existe uma tendência a imaginar que ele acontece a partir de navios de guerra, tendo em vista que o principal meio de garantir o comando do mar é manter o fluxo de navios (comercial ou de guerra), de forma livre – sem pressão de atores externos –, infere-se, portanto, que o comando do mar não é alcançado através de navios de guerra. Porém, uma vez que o controle do mar entra em disputa, cabe à frota de batalha o restabelecimento do comando naquela área.

Em toda a escrita sobre os meios para exercer o comando do mar, Corbett menciona a necessidade da especialização dos navios, de acordo com as funções que exercem. Por isso, faz questão de apresentar como a classificação dos navios se deu ao longo do tempo, com o avanço da tecnologia, até chegar em seu presente, com a adoção dos navios a vapor pelas marinhas de guerra, o uso dos torpedos, bem como as diferenças entre as classes de navios (Corbett, 1911).

O objetivo da guerra naval é o controle das comunicações marítimas. A fim de exercer esse controle de forma eficaz, devemos ter uma classe numerosa de embarcações especialmente adaptadas para a realização (Corbett, 1911 - tradução nossa⁶).

Seguindo com o arranjo da teoria do Corbett, observando a relação entre uma numerosa frota de navios (2) e controle marítimo (1), como seria a organização (3) dessa força com vistas ao alcance do seu objetivo?

Ao tratar sobre a forma de organização de uma força, a estratégia é vista como “[...] a arte de reunir a máxima força no momento e no lugar certo [...]” (Corbett, 1911 - tradução nossa⁷). Unir a máxima força disponível, no local correto é entendido como **concentração**, que de forma genérica significa “agrupamento de forças”, porém o significado que é usado para operações em terra, onde consegue-se sobrepor os processos, não se adequa à totalidade de uma operação em mar aberto. Usando da definição militar que Corbett apresenta em seu livro, o termo possui três sentidos:

A fraseologia militar, da qual a palavra é tirada, emprega "concentração em três sentidos". Ela é usada para montar as unidades de um exército após terem sido mobilizadas. Neste sentido, a concentração é principalmente um processo administrativo; logicamente, significa o complemento do processo de mobilização, pelo qual o exército realiza sua organização de guerra e fica pronto para tomar o campo. Em um segundo sentido, ela é usada para o processo de transferência do exército quando formado, ou em processo de formação, para as localidades das quais as operações podem começar melhor. Esta é uma verdadeira etapa estratégica, que culmina no que é conhecido como desdobramento estratégico. Finalmente, ele é usado para o estágio final quando o exército assim desdobrado é fechado sobre uma linha definida de operações em prontidão imediata para desdobramento tático - reunido, ou seja, para lidar com um golpe concentrado (Corbett, 1911 - tradução nossa⁸).

⁶ Do original: “The object of naval warfare is to control maritime communications. In order to exercise that control effectively we must have a numerous class of vessels specially adapted for pursuit.”

⁷ Do original: “[...] the art of assembling the utmost force at the right time and place, [...]”.

⁸ Do original: Military phraseology, from which the word is taken, employs “concentration in three senses. It is used for assembling the units of an army after they have been mobilised. In this sense, concentration is mainly an administrative process; logically, it means the complement of the process of mobilisation, whereby the army realises its war organisation and becomes ready to take the field. In a second sense it is used for the process of moving the army when formed, or in process of formation, to the localities from which operations can best begin. This is a true strategical stage, and it culminates in what is known as strategic deployment. Finally, it is used for the ultimate stage when the army so

Ou seja, o primeiro significado apresentado nos sentidos acima, voltado ao processo logístico, é a etapa final da mobilização de uma força, os segundo e terceiro sentidos são mutuamente contraditórios. São a possibilidade de mobilizar as tropas para localidades necessárias a fim de iniciar uma operação (golpes distribuídos) ou decidir pela massificação da tropa, um desdobramento tático (golpe concentrado). Ao aplicar o termo **concentração** para operações em mar, é preciso estabelecer qual dos dois últimos sentidos é usado por definição.

O termo **concentração** possibilita, em sua definição genérica⁹ optar entre uma das duas vias: golpe concentrado (*massing*) ou golpe distribuído (*deployment*)¹⁰. A diferença analítica na definição genérica entre *massing* e *deployment*, é que a primeira advém de uma operação que depreende menor capacidade estratégica do que a segunda.

Demasiada concentração pode impor dificuldades e uma lenta ofensiva, o que possibilita a antecipação e reação do oponente, anulando o valor da surpresa. Ademais, a meta bélica primária é a conquista do objeto, sendo a destruição das forças do oponente no processo apenas um meio quando necessário (Duarte, 2015).

Para Corbett, **concentração** é uma terminologia muito melindrosa, quando aplicada à Guerra Naval, é preciso uma distinção entre *massing* e **concentração**, também. **Concentração**, no sentido de golpe distribuído, não conota a um corpo único, homogêneo, mas a um organismo complexo, que é controlado a partir de um único centro, com divisões flexíveis o suficiente para cobrir a maior área possível. Desse modo possibilita alcançar o objetivo da Guerra Naval que é o **comando do mar**, enquanto se espera para um possível conflito decisivo, tendo a capacidade de mobilizar o máximo de tropas ao centro estratégico. Portanto, a **concentração**, quando tratada na Guerra Naval, implica no equilíbrio entre coesão elástica e alcance, uma vez que quanto maior o alcance menor a coesão.

A coesão elástica permite uma prontidão rápida, de condensação rápida, de qualquer área coberta direto para o centro estratégico. Reafirmando, portanto, a

deployed is closed up upon a definite line of operations in immediate readiness for tactical deployment—gathered up, that is, to deal a concentrated blow.

⁹ A definição genérica de concentração que possibilita duas formas de aplicação não podem ser usadas no meio naval, uma vez que concentração e *massing* possuem, para Corbett, definições distintas, portanto, não há possibilidade de *massing* ser uma forma de concentração na Teoria de Guerra Naval.

¹⁰ Com o objetivo de facilitar o entendimento do leitor, foram usados os termos: golpe concentrado e golpe distribuído; que possibilitam a compreensão direta, sem maiores reentrâncias na definição teórica.

necessidade da flexibilidade quando se trata da disposição de divisões navais conforme necessário. A divisão, entretanto, só é ruim quando for empurrada, contra sua vontade, além dos limites do desdobramento bem articulado. Medir corretamente a amplitude eficiente do desdobramento, é de acordo com Corbett (1911), “[...] um teste supremo daquele julgamento que na condução da guerra toma o lugar da teoria estratégica”. Por mais ampla que seja a distribuição das tropas, o alto grau de coesão elástica pode ser a diferença entre o sucesso ou derrota em um conflito. Sendo, por fim, a concentração ideal, aquela que aparenta ser uma fraqueza, mas que encobre uma realidade de força.

1.2 CONTROLE DO MAR E A NEGAÇÃO DO MAR

Como apresentado no subcapítulo anterior, Corbett (1911) argumenta que o objetivo de uma guerra naval é o **comando do mar** (linhas de comunicação), ou **negar**/impedir que o inimigo utilize o mar. Para seguirmos com a presente pesquisa, aprofundaremos o conceito de Controle do Mar e Negação do Mar, apresentaremos a relação e a distinção entre essas concepções. Isso é necessário, uma vez que, quando as análises sobre a Doutrina e as Estratégias Marítimas indianas forem feitas, a compreensão dos termos será relevante.

Estudiosos sobre estratégia marítima como Milan Vego e Colin Gray argumentam que a maioria dos pensadores navais clássicos concentraram suas análises no controle do mar, defendendo, portanto, uma grande marinha de águas azuis – como era a Marinha Real pré-Julian Corbett. Em seus escritos, Corbett inicia a discussão do que hoje é conhecido como uma **marinha de águas verdes**, esse termo é usado para se tratar de marinhas que se organizam de forma tática e estratégica para a defesa imediata de sua costa e seus mares, mas que também tem a capacidade de projetar poder no oceano (Lindberg; Todd, 2001).

Nos estudos contemporâneos sobre o mar, o termo **comando do mar** foi substituído por **controle do mar**. Corbett em suas análises, já havia alertado que **comando do mar** transmite uma ideia de poder controlar totalmente os mares para uso próprio ou negar completamente o seu uso a um oponente. Em sua teoria da guerra naval, Corbett alerta que o **comando do mar** não acontece de forma absoluta, total e por tempo indeterminado. O termo **controle do mar** veio para cunhar a definição que Corbett já havia desenvolvido. Milan Vego (2005) apresenta **controle**

do mar como “[...] a capacidade de uma frota operar com um alto grau de liberdade em *uma área marítima* ou oceânica, mas por *um período limitado de tempo* (p. 105 – tradução e grifo nosso)¹¹”. Uma vez que o mar imediato do objeto em questão (o Estado indiano) é um oceano aberto e que os documentos estratégicos indianos também empregam o termo **controle do mar** (*sea control*), o termo usado a partir de então, será **controle do mar**, considerando o exposto anteriormente. Portanto, no subcapítulo passado aquilo escrito como comando do mar se equivale ao que está sendo explorado a partir de agora (Gray, 1992; Vego, 2005). Tendo sido esclarecida a aplicação da terminologia, seguiremos com as definições sobre controle do mar e negação do mar.

Devemos ter em mente que um mar serve como base para o emprego das forças navais e também como uma rede de comunicação para ser usada livremente para fins econômicos e militares. Uma vez que o oceano é uma planície, em sua maior parte sem obstáculos, mover-se secretamente para agir de surpresa contra o inimigo é algo muito difícil de se fazer. Porém, o fator de movimentação livre e sem impedimentos possibilita ações pouco previsíveis e com maior velocidade. Ao estudar controle e negação do mar, é necessário compreender que um grande corpo de água não pode ser completamente ocupado, portanto, muitas ressalvas devem ser levadas em conta quando tratamos sobre **controle do mar** (Vego, 2016).

O **controle do mar**, em mar aberto, como o da Índia, compreende operações sequenciais para a obtenção, manutenção e exercício do controle, e o tempo despendido pode ser maior do que o esperado. Quando falamos do **controle do mar**, alguns fatores devem ser considerados: alcance e extensão, grau e duração. O alcance pode ser geral, local ou até inexistente, o grau pode ser absoluto ou contestado, quanto à duração, permanente ou temporária (Vego, 2016).

Ao se fazer uma rápida visita na história das guerras navais, nota-se que o controle em mares abertos, nunca foi absoluto e ilimitado. “Mesmo que um lado obtivesse o controle de um oceano, isso não significava o controle de todos os mares marginais, e muito menos dos mares fechados que margeiam um determinado oceano (Vego, 2005, p. 111-112 - tradução nossa)¹²”.

¹¹ Do original: “[...] the meaning that it is not possible except in the most limited sense totally to control the seas for one’s use or to deny them completely to an opponent.”

¹² Even if one side obtained control of an ocean, that did not mean control of all the marginal seas, and even less of enclosed seas bordering a particular ocean.

Quando se fala em controle marítimo local, em um país de costa de tamanho continental e com acesso ao mar aberto, existe a importância de manter o comando do mar adjacente e territórios *offshore* (além da costa), em qualquer período do tempo. A falta de controle marítimo local, mesmo por um período curto, pode possibilitar a invasão de seu território, em grande escala. Quando não há uma frota robusta, que corresponda a grandeza de sua costa, o objetivo principal dessa marinha, idealmente, deve ser de obter e manter o controle da área mais crítica, o controle local mesmo por uma força menor pode inibir ofensivas, seja no mesmo teatro ou em mar adjacente.

Definir o que é **controle do mar** não é uma tarefa fácil, podemos deliberar dois conceitos, um mais simples de ser entendido e outro mais complexo. Na definição mais simples podemos entender a capacidade de usar o mar para fins militares e não militares e negá-lo ao inimigo em tempos de guerra. O problema dessa definição simples, é que não se considera as variáveis: extensão, grau e duração; além de que **controle do mar** não implica em uma presença nula do inimigo no teatro, mas que a presença do inimigo naquela área seja tão pequena que não consiga interferir em seu uso habitual, e que o risco do antagonista usar o mar seja muito alto, levando-o a não desejar o início de um processo de disputa pela área (Vego, 2016).

Tabela 1 – Variáveis sobre o Controle Marítimo

CONTROLE MARÍTIMO	
Duração	Grau
Permanente	Absoluto
Temporário	Contestado

Fonte: Elaboração própria, com base em Vego (2005)".

Outro problema muito comum quanto a definições, são os equívocos entre o que é projeção de poder, controle do mar e negação do mar. Projeção de poder, é a capacidade de um Estado de exercer influência, a projeção não precisa de objetivo claro para existir, porém, quanto maior for a capacidade de projetar poder, maiores são as chances de garantir o controle do mar. Controle do mar, por outro lado, diz respeito ao uso do mar para fins militares e não militares, ou seja, uso do mar para atingir um objetivo. Negação do mar, é mais relacionado ao **controle do mar**, porém não são iguais. **Controle do mar** é considerado um objetivo ofensivo (positivo), com a intenção de ganhar ou obter algo, negação do mar, por outro lado, é visto como um objetivo defensivo (negativo), ele nega, impede que algo aconteça (Vego, 2016).

É comum que marinhas grandes e fortes recorram a ações ofensivas, e marinhas menores e mais fracas, ações defensivas. Isso, portanto, não quer dizer que grandes marinhas não usam da estratégia de **negação do mar**, quer dizer apenas que existe uma diferença em seu uso, já que o objetivo do **controle do mar** é usar o mar com liberdade e negar seu uso ao inimigo. Uma marinha forte usa a **negação do mar** por um período limitado de tempo, já uma marinha mais fraca usa a **negação do mar** por todo o período do contencioso, é a sua forma de fazer guerra (Tangredi, 2013; Vego, 2016).

Negação do mar tem por objetivo restringir a liberdade de ação e manobra, e impedir atuação conjunta entre domínios¹³ e/ou Forças em um espaço marítimo determinado. Negar o mar ao inimigo, não necessariamente significa que aquele mar será utilizado efetivamente como espaço de combate para os seus próprios fins. De acordo com Raska (2017), as operações de negação de mar desafiam a capacidade da força inimiga no teatro. As operações desse tipo procuram ser barreiras que afetem o cálculo estratégico do adversário, aumentando o nível de risco operacional, impedindo a escalada do conflito, levando as expectativas de resultado a um alto nível de incerteza.

A **negação do mar**¹⁴ é composta por ações e capacidades que possuam menor área de alcance, pois seu objetivo não é manter uma força invasora fora do teatro de operações, mas de restringir a liberdade de ação e manobras. Negar o mar gera a necessidade de equipamentos de menor alcance e alta velocidade, combinados com tecnologias de reconhecimento (radares e sonares, por exemplo). Essas capacidades de menor alcance e alta velocidade podem incluir submarinos, mísseis antinavios rápidos e de curto alcance – como é o caso do míssil de cruzeiro *BrahMos*, curto alcance e velocidade supersônica –, e como mencionado, as tecnologias de reconhecimento. Pois, apesar de ser considerado uma estratégia com o objetivo

¹³ O termo “domínios” está em consonância com os ambientes geográficos no qual as Forças Armadas podem atuar, normalmente os domínios são: terra, mar, ar, espaço e ciberespaço (Teixeira Júnior, 2020).

¹⁴ Sam Tangredi (2013) apresenta o Antiacesso e Negação de Área (A2/AD) como uma ação conjunta de medidas ofensivas e defensivas. Antiacesso (A2) é definido como ações e capacidades projetadas para longo alcance, seu objetivo é impedir que as forças adversárias entrem em uma área considerada vital para garantir a sua segurança. Negação de Área (AD) é composta por ações e capacidades, normalmente de menor alcance geográfico, seu objetivo não é manter uma força invasora fora do teatro de operações, mas restringir a liberdade de ação e manobra, e impedir atuação conjunta entre domínios e/ou Forças dentro dessa área.

negativo, os meios de se atingir a negação do mar podem ser por meio de operações ofensivas.

Tabela 2 – Diferença entre Controle do Mar e Negação do Mar

Controle do Mar	Negação do Mar
Habilidade de dominar um teatro de operações e utilizar para uso próprio.	O teatro de operações é negado ao oponente, mas não necessariamente utilizado para uso próprio.

Fonte: Elaboração própria, com base em Tangredi (2013) e Vego, (2016, 2005).

Conhecimento e entendimento completo sobre o que é a negação do mar e os métodos de disputa de controle do mar é necessário tanto para marinhas grandes quanto pequenas. Uma doutrina ao nível operacional que dedica sua marinha em maior parte para o controle marítimo, não explorando ou ignorando totalmente a negação do mar é problemática e fadada ao fracasso. Vale lembrar que uma doutrina é determinada em período de paz, assim como sua marinha deve ter claro seus objetivos estratégicos navais, garantindo e mantendo suas posições estratégicas, o tamanho e a composição de suas forças navais, indo além das embarcações.

Antes de entrar na análise dos documentos estratégicos indianos, é preciso entender quais foram os fatores que influenciaram os momentos de evolução da Marinha Indiana. O que a história pode nos mostrar sobre a determinação e adoção de uma certa doutrina marítima, uma postura, ou a assinatura de um acordo.

2 MARINHA DA ÍNDIA

A história da Marinha da Índia é mais antiga que a própria institucionalização do Estado indiano. Isso fez com que muito de sua identidade marítima nacional tivesse influência do seu antigo colonizador, o Reino Unido. Vale ressaltar que até o início da Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido possuía a maior Marinha de Guerra e era um grande celeiro de intelectuais que se dedicavam ao estudo da Guerra no Mar.

A Índia, por ser um território de grande riqueza natural, e pouca industrialização, foi vítima da colonização inglesa, sendo a colônia mais lucrativa do Reino. O domínio completo inglês do território iniciou em 1858, porém no início do século XVII já havia presença inglesa e teve seu fim com a independência do território em 1947. Nesse quase um século de domínio completo, a Marinha indiana teve inúmeros nomes e formatações, chegando a ser envolvida nas duas Guerras Mundiais (Ministry of Defense, [s. d.]).

A influência do Reino Unido na Marinha vai além de sua estrutura organizacional, a forma de ver o seu papel quanto à defesa e a forma de garantir a segurança do Estado também foi influenciado. Seus documentos estratégicos refletem essa grande influência, principalmente quando analisamos as duas gerações de documentos que existem. A Marinha, quando era parte de uma colônia, tinha o dever de assegurar a negação do uso do mar aos estrangeiros e garantir a passagem segura dos navios mercantes que deixavam os portos. O pensamento estratégico disseminado na época pelos oficiais ingleses foi sendo, progressivamente, absorvido pelos oficiais indianos, no pós-independência. Portanto, mesmo após sua independência a tradição britânica se manteve (Tanham, 1992).

Enquanto os britânicos construíam e sustentavam seu Império na Índia, eles também desenvolveram uma estratégia de defesa para a Índia. Na terra e no mar, os britânicos buscaram negar, a outras potências, acesso fácil ao subcontinente. (Tanham, 1992, p. 6 - tradução nossa).

Apesar de ser uma Marinha com origens de um momento colonial e uma tradição muito forte baseada nos escritores e pesquisadores britânicos, a Marinha Indiana se reconstruiu e se desenvolveu com o intuito de proteger os interesses econômicos, políticos e de segurança da Índia, um pensamento estratégico que foi sendo moldado ao longo da história. A próxima sessão se debruça em apresentar um breve histórico sobre a Marinha da Índia em alguns momentos cruciais, além de apresentar o contexto do imbróglio entre o Paquistão e a Índia. E como toda a história, nacional e

internacional levou a Índia até a assinatura do *joint venture* com a Rússia que deu origem ao sistema de míssil de cruzeiro supersônico *BrahMos*.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA MARINHA INDIANA

A Marinha da Índia remonta seu início no século XVII, com atividades voltadas para a proteção de navios mercantis, que faziam parte do comércio que acontecia na Companhia das Índias Orientais. Inicialmente chamados de *Honourable East India Company's Marine*, eram os responsáveis pela proteção dos navios no Golfo de Cambaia e na foz dos rios *Tapti* e *Narmada*, e na segunda metade do mesmo século passou a ser responsável pela região de Mumbai também (Ministry of Defense, [s. d.]).

Com a mudança de todo comércio britânico para Mumbai, a *Honourable East India Company's Marine*, foi nomeada de *Bombay Marine*, e combatiam invasores portugueses, holandeses e franceses, além dos piratas, participando em 1824 da Guerra da Birmânia. Entre 1830 e 1934 houve muitas mudanças de termos, em 1934 tornou-se a Marinha Real Indiana (*Royal Indian Navy*). Tanto na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) quanto na Segunda (1939-1945), eles atuaram, porém, como Marinha Real Indiana, na Segunda Guerra Mundial, sua atuação foi mais intensa. A Marinha Real Indiana iniciou a Segunda Guerra com apenas oito navios de guerra, ao fim da guerra sua força havia subido para 117 navios de combate e 30.000 militares (Ministry of Defense, [s. d.]; Tanham, 1992).

O pesquisador Daniel Rahn (2006) divide a história da Marinha indiana em 4 momentos: de 1947 a 1962 é a **era de reconstrução econômica**; entre 1963 e 1975 a **era da reconstrução militar**; de 1976 a 1990 **era da economia liberal** e o último momento que corresponde a **era de ascensão política** foi no período de 1990 e 2001. A categorização realizada nos ajuda a entender os momentos da Marinha indiana e como cada uma dessas eras foram decisivas para a adoção do *BrahMos*.

Com a independência da Índia em 1947, a Marinha Real Indiana foi dividida entre a Índia e o Paquistão, restando apenas 32 navios antigos¹⁵, adequados apenas para patrulha costeira, e 11.000 oficiais e soldados. O nome atual da Marinha da Índia, sem o termo “Real” foi oficializado apenas em 1950, quando a Índia se tornou uma república. Vale ressaltar que as patentes acima de comandante não havia nenhum

¹⁵ Quatro naus, duas fragatas, uma corveta, doze navios caça-minas, quatro navios-tanque (para transporte de líquidos) e nove embarcações auxiliares (Rahn, 2006, p. 12).

indiano, o que tirava o poder de planejamento estratégico da Marinha Indiana. Planos foram definidos, com bases para a estrutura e missão da Marinha Indiana em seus primeiros anos de governo independente, e sua maioria não era em benefício da Índia, devido ao alto comando da Força não possuir nenhum indiano (Smith, 2017). Nas palavras de Rahn, “[...] (esses planos) refletiam o desejo do Almirantado britânico de que a marinha indiana contribuísse para a defesa da Commonwealth (2006, p. 12, tradução e adição nossa)¹⁶”.

Apenas em 1958, foi que o primeiro indiano assumiu o cargo de chefe do Estado-maior da Marinha, o Vice Almirante Ram Dass Katari, permanecendo até o ano de 1962, o que coincidiu com a saída total dos oficiais britânicos da Marinha. Isso marcou a completa mudança da estratégia marítima da Índia, e assim poder suprir os seus interesses nacionais, não mais os da coroa britânica.

Na **era de reconstrução econômica** da Índia (1947-1962), o seu presidente, Jawaharlal Nehru, concentrou seus esforços na economia e na industrialização de seu país, um país altamente pobre e indefeso, tinha como objetivo principal garantir forma digna de viver para sua nação. Apesar do governo indiano reconhecer duas ameaças reais, a China, vista com maior preocupação devido aos históricos de invasões, seu tamanho territorial e tamanho da sua população, e o Paquistão, tido como uma ameaça em menor escala. A presença das Forças Armadas do Reino Unido na região levou ao Estado indiano a acreditar estarem bem guardados e que não precisariam se preocupar com nenhuma ameaça vinda de fora. Porém, como apresentado anteriormente, a Marinha Indiana não possuía planejamento que focasse nos interesses da Índia¹⁷, o que não foi diferente nas outras Forças Armadas (Lyon, 2008; Rahn, 2006).

Em 1962, aconteceu a Guerra Sino-Indiana pela contestação da soberania sobre o território da região do Himalaia. A região de *Arunachal Pradesh* permanece até hoje sem uma delimitação legal. Um acordo informal, em 1962, chamado Linha de Controle Real (*Line of Actual Control*), pôs fim nesse conflito. Essa guerra fez com que a Índia se tornasse mais consciente de suas vulnerabilidades e entenderam

¹⁶ Do original: [...] they echoed the British Admiralty's desire for the Indian navy to contribute to the defence of the Commonwealth (Rahn, 2006, p. 12).

¹⁷ Segurança do território, defesa da costa marítima, garantia e controle de circulação, entrada e saída segura de navios de seus portos.

também que não poderiam contar com a ajuda das Forças Armadas britânicas (Chagas, 2020; Rahn, 2006).

O imbróglio entre a Índia e o Paquistão tem início no período de sua independência dos britânicos, em 1947, todas as fronteiras foram definidas, exceto as que ficam no longo do *Rann de Kutch* (grande área de pântanos salinos localizados no centro oeste da Índia e sul do Paquistão). A Índia Colonial compreendia o que hoje conhecemos como Paquistão, Índia, Bangladesh, Afeganistão, Butão, Nepal e Myanmar.

Figura 1 – Índia Colonial



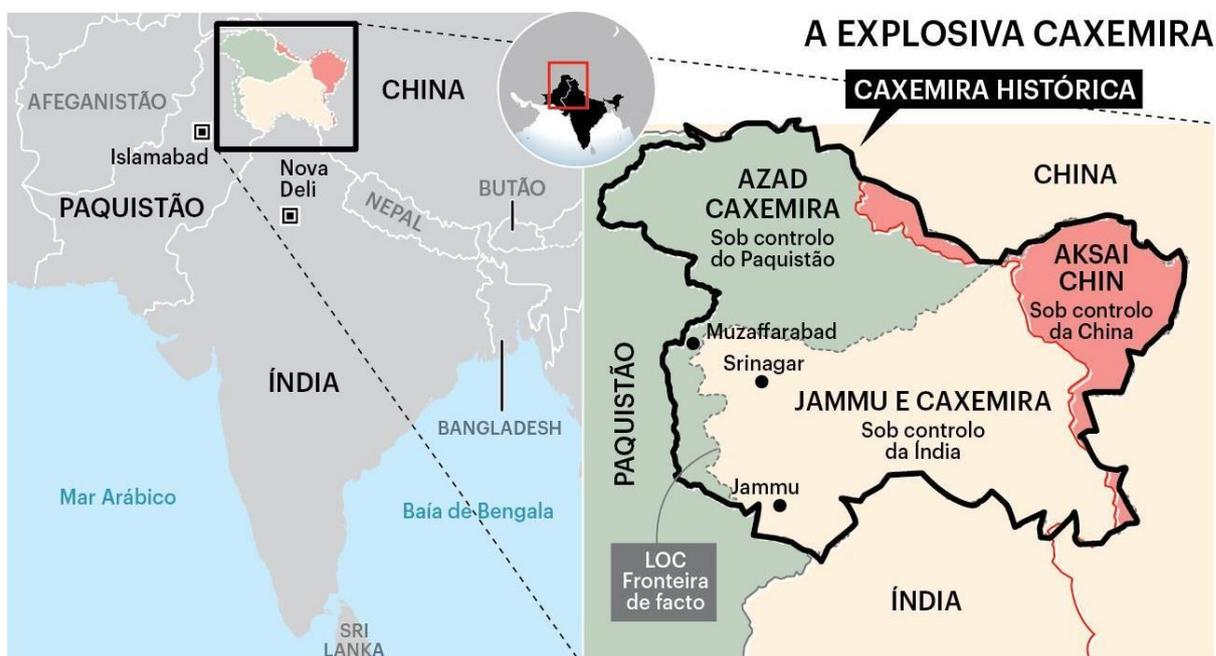
Fonte: elaborado pela autora com base em Wolpert (2023).

A porção norte da fronteira entre Índia e o Paquistão, a região da Caxemira, era governada por Maharaja Hari Singh, que era Hindu, enquanto a maioria da população era muçulmana. Em dúvida sobre qual Estado se anexar, o governador da Caxemira decidiu se manter neutro. Esse território declarado como neutro, na época, é palco de disputa pelos dois países, que gera tensões até hoje (A BRIEF..., 2001; Menon, 1998).

O Conflito Indo-Paquistanês pode ser dividido em três grandes momentos, o primeiro, se estendeu entre outubro de 1947 até janeiro de 1949, quando tribos armadas do Paquistão invadiram o território e o governante Hari Singh assinou o Instrumento de Adesão, anexando o território à Índia. Em meio à idas à ONU e pedido de retirada de tropas pela Índia, o Paquistão seguiu no conflito até 1º de janeiro de

1949. Um cessar-fogo foi acordado, com 65% do território sob controle indiano e o restante com o Paquistão. Até que em 1957, a Caxemira foi incorporada oficialmente ao Estado da Índia e em 1965, o segundo conflito estourou (A BRIEF..., 2001; Gupta, 2018; Pokraka, 2019).

Figura 2 – A Caxemira



Fonte: Viegas, 2019.

A separação da Marinha da Índia dos interesses britânicos e a guerra contra a China em 1962 deu início a era da reconstrução militar, de 1963 a 1975. Essa separação da Índia e do Reino Unido teve maior impacto quando em 1968 as forças britânicas saíram do leste do Canal de Suez. Paralelamente, o Paquistão recebeu doações dos Estados Unidos e da China, esse dinheiro doado aos paquistaneses foi usado para adquirir alguns meios navais e sua intenção era ser usado contra a Índia.

Em janeiro 1965, soldados paquistaneses cruzaram a Linha de Controle indiana, na tentativa de iniciar uma insurgência contra a Índia, conhecido como Operação Gibraltar. Inesperadamente, em abril do mesmo ano, as forças submarinas paquistanesas bloquearam qualquer movimentação do Comando Naval Ocidental Indiano em sua base, em Mumbai (Lyon, 2008; Rahn, 2006).

Figura 3 – Distância do ataque em 1965 até a capital da Índia



Fonte: elaborado pela autora com base em A Brief... (2001); Caxemira... (2019); Pokraka (2019).

A Marinha Indiana avaliou, corretamente, que a Marinha Paquistanesa não teria capacidade para infligir nenhuma ofensa à parte continental de Mumbai ou Nova Deli, capital da Índia. Essa decisão foi um esforço de não destruir sua frota abandonada e sem reparos na época, e também de evitar escalar o conflito que estava ocorrendo na região da Caxemira. A falta de ação da Marinha levou aos representantes políticos, questionarem que tipo de força naval a Índia demandava para os próximos anos e um pedido de uma força naval mais competente foi feita. A história da Marinha da Índia se entrelaça diretamente com os conflitos pela região da Caxemira, entre Índia e Paquistão. São alguns momentos considerados de fracasso, e outros que culminaram em alianças que repercutem até hoje nos interesses políticos (Lyon, 2008; Rahn, 2006).

Foi, então, assinado o Acordo de *Tashkent* em 1º de janeiro de 1966, com a intenção de encerrar as disputas. Cinco anos depois, em 1971, um conflito entre Paquistão Oriental (atual Bangladesh) e Paquistão Ocidental, iniciou, resultando em milhões de refugiados em território indiano. Em dezembro de 1971, depois que aviões da Força Aérea do Paquistão atingiram aeródromos indianos no setor ocidental, a

Índia entrou na guerra. Esse seria o momento oportuno para restaurar a confiança da nação em suas Forças Armadas. O que revelou que a Índia era a principal potência marítima entre os países do sul da Ásia.

Em dezembro de 1971, a Marinha Indiana deu início a Operação *Trident*, um ataque surpresa no porto de Karachi, cidade paquistanesa. Os navios usados nessa Operação foram os adquiridos em 1968, da URSS, os Osa-1¹⁸. As embarcações eram rápidas e armadas com quatro mísseis de cruzeiro antinavio (SS-N-2A Styx), podendo também operarem de modo furtivo (radar de baixa frequência, difícil de ser detectado). A Operação *Trident* aconteceu na noite do dia 4 de dezembro (Hiranandani, 2021; Surhone; Tennoe; Henssonow, 2011).

Dois dos barcos de mísseis – INS *Nipat* e INS *Veer*, foram os primeiros a sair da Frota Naval Ocidental indiana, pelo fato dessas embarcações serem pequenas e de curto alcance, eles foram rebocados, à noite, até Okha, na costa de Gujarat. Esperando lá, já estava o INS *Nirghat*, o terceiro barco de mísseis. A Operação contava com três barcos de mísseis, duas corvetas antissubmarinas, INS *Kiltan* e INS *Katchall*, e também um navio-tanque de frota para ajudá-los a reabastecer perto da costa de Gujarat. O ataque ao porto de Karachi (reduto da Marinha do Paquistão) precisava ser direto e sem possibilidade de sofrer um contra-ataque, pois aquela área contava com os melhores sistemas de defesa que os paquistaneses possuíam, além da cobertura das aeronaves de ataque, em duas frentes (Hiranandani, 2005; Surhone; Tennoe; Henssonow, 2011).

A pequena esquadra precisava ficar mudando de curso constantemente, a partir das informações do radar do INS *Kiltan*, para que não fossem detectados. A menos de 70 milhas (112 km) da costa de Karachi, o INS *Nirghat* detectou um grande navio se aproximando, e dois mísseis foram disparados, o alvo, o PNS *Khyber*, era um contratorpedeiro paquistanês, se dividiu em duas partes e afundou. Em seguida, o INS *Nipat* detectou outro alvo e atingiu o MV *Venus Challenger*, um navio mercante, que transportava armas e suprimento de guerra para o Exército do Paquistão, outro contratorpedeiro, de classe C, PNS *Shah Jahan* foi seriamente danificado, sem poder reagir. O último barco de mísseis indiano, INS *Veer*, atingiu o PNS *Muhafiz*, um caça-minas, que afundou (Surhone; Tennoe; Henssonow, 2011).

¹⁸ A Índia havia adquirido 8 Osa-1. No período da aquisição, a Índia enviou uma tripulação para uma ilha secreta na Sibéria para receber treinamento para operar os barcos, durante 8 meses (Surhone; Tennoe; Henssonow, 2011).

Após destruir todas essas embarcações, a esquadra indiana se aproximou do porto, cerca de 18 milhas (29 km) de distância e lançou mísseis contra as instalações de armazenamento de combustível, incendiando todo o complexo do porto. Toda a operação, desde o primeiro disparo até a saída, durou por volta de 90 minutos. Um fato curioso é chamado de *Angar* pelos indianos, ao ter sido atacado, o PNS *Khyber* enviou um sinal de socorro, informando que havia sido atacado por uma aeronave inimiga (Surhone; Tennoe; Henssonow, 2011).

Essa informação errada deu tempo para as embarcações indianas conseguissem fugir antes que a Força Aérea paquistanesa pudesse atingi-los. Os barcos conseguiram voltar para *Saurashtra*, na costa de *Gujarat*. A tentativa de ataque do Paquistão contra os navios indianos, levou a destruição de um de seus próprios navios de guerra. Em *Saurashtra*, a esquadra reabasteceu e chegou no dia 6 de dezembro em Mumbai. Vale ressaltar que não houve baixas no lado indiano (Hiranandani, 2021).

No dia 8 de dezembro, uma nova operação, derivada da bem-sucedida *Trident*, iniciava após a interceptação de uma mensagem da Marinha paquistanesa informando do afundamento, por engano, pela Força Aérea, de sua própria embarcação e que o mais importante tanque de combustível, que ficava próximo ao porto de Karachi, havia sido apenas parcialmente destruído. Diante dessas informações, o Vice-Almirante Kuravilla decidiu iniciar a Operação *Python* (Hiranandani, 2005, 2021).

Essa operação seria mais complicada de ser realizada, pois os paquistaneses estavam em alerta, com patrulha 24h nas águas de *Karachi*. A fim de confundir o inimigo, os indianos, ao invés de atacarem pelo lado sudeste do porto, na operação *Python* o ataque se daria pelo sudoeste. Além disso, o INS *Mysore* estava se direcionando para a região de *Macran*, para distrair os paquistaneses. Nessa operação, a esquadrilha era composta por duas fragatas – INS *Talwar* e *Trishul*, e um navio de míssil, o INS *Vinash*. Em conjunto ao lançamento do míssil superfície-superfície, do INS *Vinash*, um ataque aéreo contra as bases aéreas paquistanesas na área seria realizado, maximizar os danos e o caos era o objetivo (Hiranandani, 2005, 2021).

Durante a rota, a esquadrilha detectou emissões de um radar que emanava uma frequência naval paquistanesa, um barco de patrulha estava rastreando a

formação e enviando as informações de posicionamento ao comando naval paquistanês. Um míssil lançado da fragata Talwar atingiu e naufragou o navio de patrulha paquistanês. Um dos radares centrais em Karachi, identificou a chegada dos navios indianos, o grupo de ataque paquistanês se aproximou rapidamente do porto. Mesmo que a esquadrilha de ataque aéreo não tenha chegado onde precisava, foi alinhado que o *Vinash* iniciaria o ataque. O primeiro míssil passou por cima dos navios ancorados e se chocou contra o terminal de taque de combustível, dessa vez os tanques de combustível explodem um após o outro, e uma nuvem de fumaça toma conta da região por três dias (Hiranandani, 2021).

O segundo e terceiro mísseis vão em direção a um grupo de navios, dois mercantes e um navio tanque paquistanês, o PNS *Dacca* que estão fora do porto, tendo sido detectados pelo radar. A alta velocidade do míssil de cruzeiro *Styx* não permitiu sua parada do contra ataque realizado pelo *Dacca*. No mesmo instante, a Força Aérea Indiana chega e bombardeia mais depósitos de combustível e munição ao redor do porto. Numa tentativa desesperada, as Forças Aéreas paquistanesas disparam descontroladamente e acabam atingindo um navio de carga grego, mas não realizam nenhuma baixa contra os indianos. A chegada do Exército indiano no conflito resultou em uma rendição por parte paquistanesa e a assinatura do Acordo de *Simla*, reiterando o Acordo *Tashkent* (Hiranandani, 2005, 2021).

Ainda na **era da reconstrução militar (1963-1975)**, a saída do Reino Unido do Oceano Índico, 1968, fez com que a Índia quisesse tomar seu lugar de grande potência entre os países do Sul da Ásia. O que não aconteceu, pois no mesmo ano (1968), a então, União Soviética chegou ao Oceano, mais tarde, em 1971, foi a vez dos norte-americanos de chegarem na região. Com as duas potências do período bipolar da Guerra Fria em sua área de influência, a liberdade de navegação da Índia estava comprometida. Além de gerar tensão na região, o domínio dos indianos foi ameaçado (Hiranandani, 2005; Rahn, 2006).

A Índia tentou por vezes chegar a um acordo de cooperação para aquisição de meios com o Reino Unido, porém sem sucesso. O fato dos britânicos serem aliados dos Estados Unidos, impediu que algum acordo fosse assinado junto aos indianos. Os soviéticos, por outro lado, estavam dispostos a promover a aquisição dos meios que a Índia solicitou, diante desse cenário, e com o objetivo de manter o Oceano Índico como uma zona de paz, a Índia assinou um tratado de defesa com a União Soviética.

A assinatura desse acordo determinou a Índia como parte dos países que apoiavam o regime soviético, o que limitou suas opções de aquisição para o futuro. Na primeira metade da década de 1970, a Índia, que tinha uma frota completamente desgastada e sem possibilidade de reparos, chegou a ser composta por “embarcações equipadas com mísseis, uma força submarina, um porta-aviões e uma unidade aérea naval que incluía um meio com tecnologia antissubmarina (Rahn, 2006, p. 16).

A partir de 1976, inicia a chamada **era da economia liberal (1976-1990)**, uma vez que a Índia precisou dedicar esforços e investimentos para a reconstrução de seu arcabouço para defesa, sua segurança interna foi negligenciada. Aumento da desigualdade social, e problemas com os diversos grupos étnicos e religiosos no país se tornou um grande problema. Em 1974, a descoberta de petróleo na costa ocidental da Índia, requereu maior expansão das capacidades navais para garantir a proteção desse recurso natural estratégico, principalmente devido à crise do petróleo em 1973 (Rahn, 2006).

Em 1975, o Estado indiano declarou estado de emergência e promoveu políticas para redistribuição de renda e desenvolvimento multilateral, o que significou menos recursos para as necessidades de defesa. Com as fracas chuvas de 1986 e o início da reestruturação econômica da União Soviética, os preços para adquirir meios de defesa aumentaram bastante e a economia indiana não conseguiu acompanhar. As guerras entre Irã-Iraque e do Golfo entre os Estados Unidos (EUA) e Iraque fez com que a Índia e os EUA pudessem enxergar que seus interesses eram mútuos: manter o acesso ao petróleo do Oriente Médio e garantir a passagem segura pelas rotas marítimas estratégicas. Dessa forma, tanto a União Soviética, por conta do acordo de defesa, quanto os EUA, por compartilhar do mesmo interesse, não tentaram alterar o *status quo* da região, mantendo a Índia em sua posição de domínio (Tanham, 1992).

Apesar de diminuir os esforços em defesa para focar na reconstrução da economia doméstica, a Índia não abandonou a expansão de suas capacidades. Durante esse período de normalização do orçamento para defesa, a Marinha adquiriu um grande número de meios, vindo dos mais diversos países:

[...] dos britânicos, adquiriu outro porta-aviões e seu respectivo contingente de aeronaves, além de helicópteros de combate a submarinos; da União Soviética, adquiriu vários destróieres, navios de transporte de mísseis, navios de patrulha, oito submarinos KILO, helicópteros de combate a submarinos e aeronaves de patrulha marítima. Da Polônia, adquiriu algumas embarcações anfíbias; da Alemanha, adquiriu quatro submarinos TYPE 209 e um navio-

tanque para a frota; e da Coreia, seis grandes navios de patrulha. A aquisição mais significativa ocorreu no final desse período e teve vida curta, mas foi de grande preocupação para a maioria das marinhas ocidentais. Foi o aluguel de um submarino nuclear da União Soviética, que chegou em 1988 e foi devolvido em 1991 (Rahn, 2006, p. 18).

Apesar de estarem adquirindo diversos meios através de compra, os indianos iniciaram a produção de navios domésticos, foram 7 fragatas das classes Leander e Godavari, quatro navios lança-mísseis de classe *Khujri* e um navio de desembarque classe *Magar* (HIRANANDANI, 2005). No fim da era liberal, a Índia desenvolveu a capacidade de suprir suas necessidades voltadas a defesa através da compra de meios.

A última era apresentada pelo pesquisador Rahn (2006) é a de **ascensão política**, a qual ele delimita de 1990 até o ano de 2001. Esse período condiz com a dissolução da União Soviética, principal aliado da Índia, devido ao fim da Guerra Fria, e um Sistema Internacional inicialmente unipolar. A estratégia da Índia foi de continuar o que vinha fazendo na era anterior, porém em maior escala e priorizando a nacionalização de tecnologia, uma forma de combinar aquisição e desenvolvimento de meios para as Forças Armadas e aumento de receita doméstica, aquecendo a economia e gerando maior renda.

Uma vez que a União Soviética e os EUA não interferiram na influência que a Índia possuía no Sul da Ásia, a atenção dos indianos voltou-se aos seus principais antagonistas na região: China e Paquistão. De forma mais imediata, o Paquistão, por dividir fronteira terrestre e marítima, apesar de não ter meios que pudessem gerar uma ameaça tradicional. A China, por outro lado, focou no fortalecimento de sua economia e também em sua influência pela região (Tanham, 1992).

No fim da década de 1990, mais precisamente em 1998, a Índia assinou um *joint venture* com a Rússia (antiga União Soviética) para o desenvolvimento de um sistema de míssil de cruzeiro supersônico. O míssil *BrahMos* é o produto desse *joint venture* em que a Índia é a majoritária. O principal objetivo desse projeto, para a Índia era poder desenvolver um sistema de armas que fosse nacional, e que ajudasse a diminuir a taxa de compra (importação) de equipamentos militares (*Brahmos Aerospace*, [s. d.]).

Em 2004 a Índia publica seu primeiro documento estratégico marítimo, sua Doutrina. O *BrahMos*, já em fase de testes, em conjunto com a Marinha Indiana, inclusive, recebeu o pedido de fornecimento do míssil de cruzeiro, para ser

incorporado aos meios da Marinha, no ano de 2005. Em 2007, a Estratégia Marítima fora lançada, detalhando mais precisamente os objetivos, as atribuições e como se organiza a Marinha da Índia.

Até que em 2008, a Índia sofreu um ataque terrorista realizado por 12 indivíduos paquistaneses, que levou a cidade de Mumbai a três dias de terror contra sua população e estrangeiros que estavam nas áreas de ataque. Os paquistaneses entraram na Índia pela fronteira marítima, na região *Cuffe Parade*, após roubarem um navio de pesca, através de um dos mais 200 portos menores que existem na costa indiana (Coaffee; Moore; Barnard-Wills, 2009; Leahy; Sood, 2008; Pokraka, 2019).

O ataque durou três dias e vitimou 166 pessoas, em pelo menos 8 locais, na cidade de Mumbai. O grupo extremista com sede no Paquistão, *Lashkar-e-Taiba* (LeT) reivindicou a autoria do atentado e o governo paquistanês trabalhou junto às autoridades indianas a fim de identificar todos os autores do crime. Esse último momento, não foi um conflito tradicional entre Estados, mas um ataque de um grupo civil extremista contra o Estado da Índia. Apesar do local de entrada dos terroristas ter sido em uma região bem próxima a um dos Comandos Navais da Índia, esse embarque ilegal não foi interceptado (Coaffee; Moore; Barnard-Wills, 2009; Leahy; Sood, 2008).

Esse ataque terrorista foi fruto de toda disputa geopolítica que envolve o território da Caxemira. Ainda em 2019, a Índia revogou condição especial da região. O que levantou a possibilidade do aumento de tensão entre a Índia e o Paquistão. Quando analisamos cada um desses momentos, como a população, a classe política e a Marinha reagem após os acontecimentos, conseguimos entender a real importância dos conflitos entre a Índia e o Paquistão para o nosso objeto de pesquisa, o míssil de cruzeiro *BrahMos* (A BRIEF..., 2001; CAXEMIRA..., 2019; Coaffee; Moore; Barnard-Wills, 2009; Gupta, 2018; Pokraka, 2019; THE INDIA-PAKISTAN..., [s. d.]

Figura 4 – Atentado de 2008 na Índia



Fonte: Elaborado pela autora com base em Coaffee; Moore; Barnard-Wills (2009); Leahy; Sood, (2008).

A importância desse imbróglio, nessa pesquisa, se dá, apesar de sua decisão ter sido longe do mar, no segundo conflito (1965), quando a força de submarinos rendeu a frota naval do ocidente e um destróier paquistanês arremessou alguns projéteis na costa indiana, colocando em ameaça o controle da costa. Apesar do correto entendimento estratégico de que os mísseis que o Paquistão possuía não atingiria o centro da Índia, Menon (1998, p. 54 - tradução nossa), descreve que um relatório indiano mostrou que “[...] a relativa falta de ação no mar foi causada por certa adesão automática a uma estratégia marítima que falava de controle do mar, proteção do comércio [...]”. A marinha indiana, questionada pelas autoridades políticas sobre a falta de ação para a defesa da costa, justificou que a estratégia em vigência era focada no controle do mar e proteção do comércio marítimo (herança britânica). Essa resposta resultou em questões sobre a relevância de uma força naval no tipo de conflito que a Índia poderia enfrentar futuramente.

Em 2008, mesmo que não tenha acontecido um conflito entre o Estado do Paquistão e da Índia, um ataque contra os indianos e através da sua costa, mostrou

o estado de vulnerabilidade que sua costa marítima se encontrava, o que levou ao governo indiano a aquisição de sistemas de armas para auxiliar no combate às ameaças marítimas. Apesar da informação que a segurança dos portos haviam sido reforçadas, o problema chamado por Amit Gupta (2018) de “*maritime routes for terror*” é ainda um grande problema ao Estado da Índia.

Uma reforma que teve início no governo Atal Bihari Vajpayee (1998-2004), viu sua mudança de pensamento e postura quanto à importância do poder marítimo com o lançamento da primeira Doutrina Marítima (DM) em 2004, sua reforma em 2009 e republicação, que ainda está em vigor, no ano de 2015. Ainda com duas estratégias marítimas, de 2007 e 2015. A relação estratégico político da mudança de pensamento e postura da Índia não é algo simples, assim como em qualquer organismo, elementos políticos, econômicos, e estratégicos, internos e externos, são levados em consideração.

A próxima parte do capítulo tem o intuito de apresentar os documentos estratégicos indianos, as Doutrinas (2004, 2009) e as Estratégias Marítimas (2007, 2015). A relação entre os documentos e como eles evoluíram a partir dos acontecimentos com a Índia serão o foco.

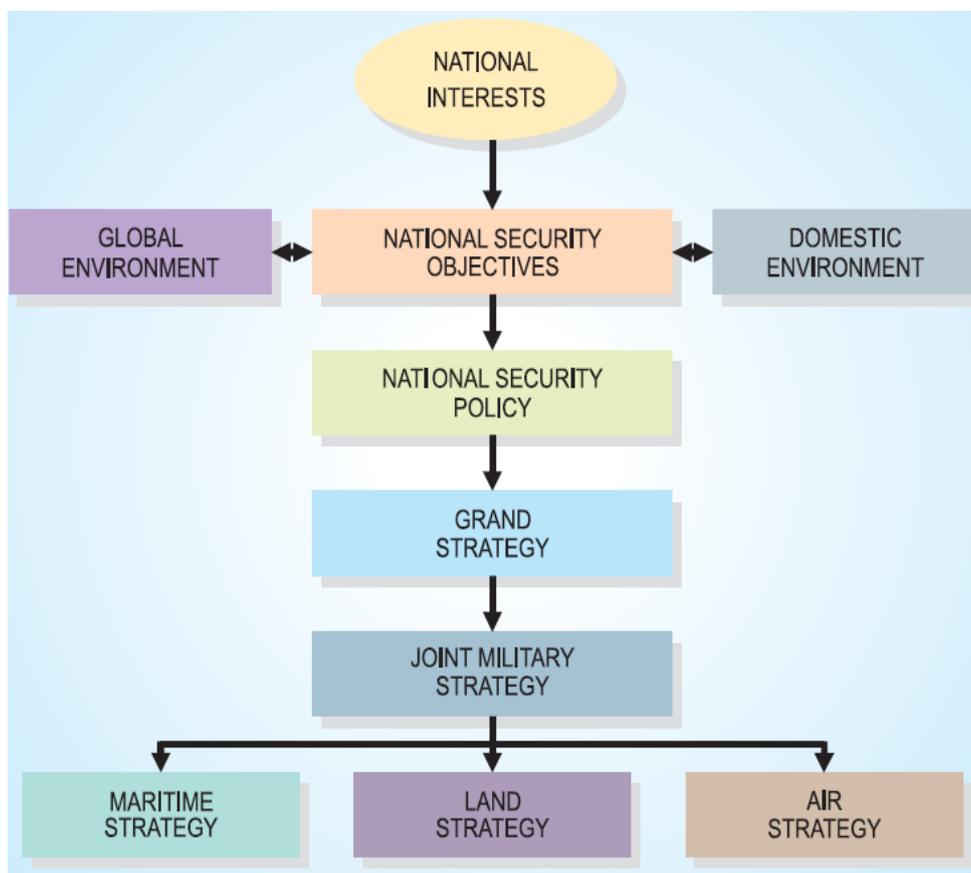
2.2 DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS

Em 2003 a Índia iniciou seu processo de reposicionamento de poder internacional, podemos considerar sua primeira grande iniciativa ter sido membro fundador do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), um grupo de países com a intenção de aumentar sua influência no mundo, a partir da cooperação entre países em desenvolvimento. Dessa forma, podemos entender que o lançamento do seu primeiro documento estratégico marítimo, sua Doutrina Marítima Indiana, em 2004, como uma forma de apresentar ao mundo como a Índia enxerga seu lugar no Sistema Internacional e como deseja se posicionar. A Doutrina de 2004 buscou informar o interesse indiano em obter uma dissuasão nuclear minimamente confiável, o reconhecimento da mudança de importância geopolítico para o eixo indo-pacífico, revisão dos tipos de ameaças reconhecidos pela Índia e a ampliação da atuação da Marinha de Guerra como elemento de projeção de poder.

De acordo com o Chefe do Estado-Maior Naval, Almirante Madhvendra Singh, a Índia estava buscando reafirmar “seu lugar apropriado na hierarquia mundial como

uma democracia secular, e economicamente vibrante e próspera (Bedi, 2004)”. O debate Realista Estruturalista, na disciplina de Relações Internacionais, diz que quando um Estado busca alcançar uma posição de maior relevância no cenário internacional, junto a essa posição surgem desafios, principalmente voltados à sua segurança, sua sobrevivência (Waltz, 2010). Por isso, quando o Almirante Singh fala da Índia ocupar “seu lugar apropriado na hierarquia mundial” logo em seguida fala da importância de obter meios dissuasórios nucleares que não causem insegurança, meios que pudessem iniciar uma corrida armamentista, e que a saída seria a obtenção de submarinos de propulsão nuclear. Naquele momento, os objetivos de segurança nacional foram determinados com base no cenário internacional e nacional, como pode ser visto em seu diagrama de segurança nacional.

Figura 5 – Fluxo de elaboração de documentos estratégicos na Índia (2007)



Fonte: Indian Navy, (2007, p. 02).

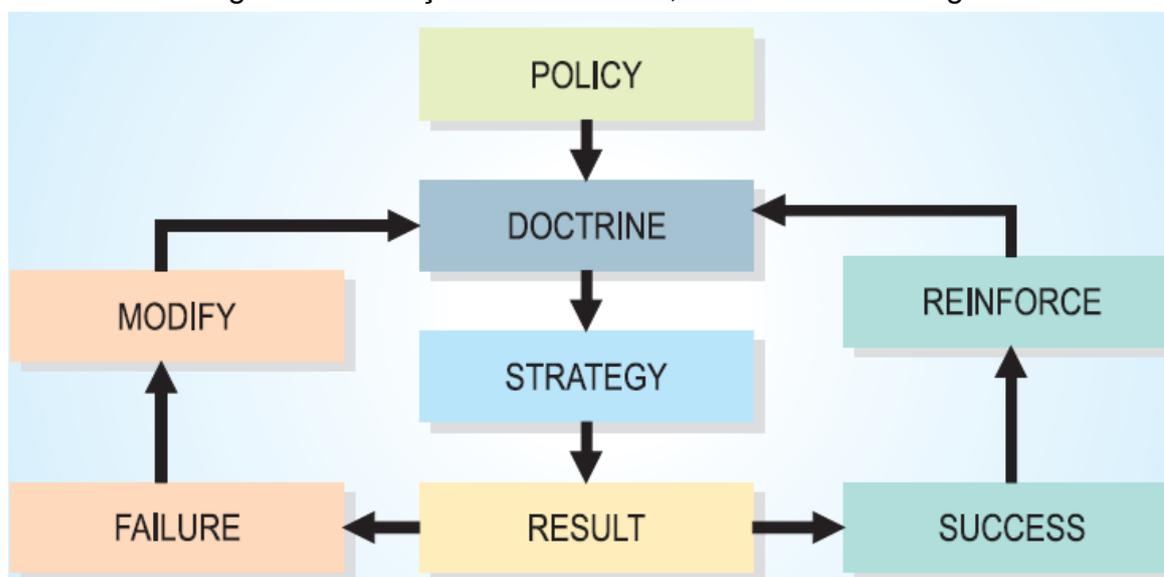
Os interesses nacionais (interesses que reforcem os objetivos políticos de um Estado), que são o princípio que determinam os objetivos de segurança nacional, levam, porém, os ambientes doméstico e internacional a mesma importância quanto

a priorização de ambiente de atuação. A partir desses elementos, a política de segurança nacional se estabelece como o documento principal para a elaboração da grande estratégia indiana, a estratégia militar conjunta e conseqüentemente às estratégias de cada uma das forças armadas (marítima, terrestre e aérea).

A Marinha, que é uma ferramenta de Estado, foi tomada também como meio de atingir fins políticos, ou interesses nacionais, recebeu, então, a missão de ser um instrumento eficaz de política externa, sendo meio de projeção de poder indiano. O desejo de projetar poder, reafirmar seu lugar como potência entre os países do Sul Asiático foi a base para toda a Doutrina Marítima Indiana de 2004 (Barcellos, 2022).

Algo que não aparece nesse fluxograma, portanto, e que pode confundir, é sobre a importância, como a Doutrina é elaborada, e principalmente qual documento precede o outro. Na figura abaixo podemos observar o fluxo de precedência, relevância e tempo entre a política, doutrina e a estratégia enquanto documentos.

Figura 6 – Relação entre Política, Doutrina e Estratégia



Fonte: Indian Navy, (2007, p. 06).

A função da Marinha de projetar poder aos mares mais distantes gerou uma menor concentração das forças navais para a defesa costeira, ainda que tivesse o objetivo de desempenhar um papel proativo e operacionalmente capaz de proteger as rotas marítimas (SLOC) e controlar as Rotas do Oceano Índico (IOR) que fossem vitais. A preocupação da Índia com o crescimento da Marinha Chinesa, devido a problemas históricos quanto às fronteiras terrestres que dividem, fez com que a crença na necessidade de expandir ao máximo suas capacidades fosse desempenhada.

Essa manobra era entendida como uma forma de dissuasão, e para chegar aos mares mais distantes, tanto para atender aos objetivos políticos indianos quanto militares (segurança), a Índia aumentou significativamente a quantidade de atividades navais com países como os Estados Unidos da América (EUA), Rússia, França, Irã, Kuwait e Emirados Árabes Unidos (Indian Navy, 2004).

E com base nos objetivos apresentados pela doutrina de 2004, determinados a partir dos interesses nacionais que, em 2007, a primeira estratégia marítima foi publicada. *Freedom to use the Seas: India's Maritime Military Strategy*, é um documento que apresenta o plano para o emprego dos meios de poder disponíveis, que, junto com a política de segurança nacional, servem para atingir determinados objetivos que buscam atingir os interesses nacionais. O documento trata de estratégia e revela em seu conteúdo os meios de capacidade e os fins (objetivos políticos) do Estado.

Quando em 2007, a Marinha da Índia lança uma Estratégia chamada “Liberdade de usar os Mares”, podemos inferir que a liberdade desejada para usar os mares era para alcançar seus objetivos nacionais, civil e militar, com a intenção de aumentar seu prestígio internacional, como apresentado no contexto da Doutrina (2004) e também que mantivesse seu crescimento econômico. Já que a Estratégia determina onde e como o orçamento será gasto, garantir que esse orçamento se mantenha, era um dos seus esforços.

Ainda assim, com uma visão particular de alcançar o prestígio de acordo com a importância que acredita possuir, a estratégia da Índia, é vista como dupla: ao mesmo tempo, em que houve aumento nos gastos em defesa¹⁹, Délhi buscou cultivar laços amistosos com os países, a começar pela Ásia. Não obstante, foi apenas no século XXI que a Índia conseguiu elaborar seu primeiro documento institucional para informar, ao público nacional, países e outros atores, suas intenções e objetivos no âmbito da segurança marítima.

Na Estratégia Marítima de 2007, podemos entender que o principal objetivo da Marinha Indiana era desenvolver uma marinha de águas azuis, que pudesse ser vitoriosa em operações navais de águas azuis. Nesse ponto que a Marinha de Guerra é consolidada como um instrumento do Estado para projetar poder, um instrumento

¹⁹ Na página 9, da Estratégia (2007) é possível encontrar que a preparação para o conflito é crítica para garantir que a dissuasão seja efetiva. Ou seja, o gasto com as Forças Armadas deveria ser maior e constante, com gastos que pudessem reafirmar o discurso (falado ou escrito), do Estado indiano.

eficaz de garantir os interesses nacionais em tempos de paz e em tempos de conflito. Nos objetivos da Estratégia, no primeiro ponto vemos:

É um planejamento para relacionar os fins aos meios. Os fins são claros: dissuasão - convencional e/ou estratégica. Se a dissuasão falhar, combate à guerra e a resolução do conflito em termos favoráveis à Índia. Os meios também são claros: uma Marinha tridimensional, versátil e de **águas azuis**, tripulada por nossos recursos humanos qualificados (p. 09 – tradução e grifo nossos)²⁰.

Uma Marinha tridimensional que possa atuar no ar, na superfície da água e abaixo da superfície. E de **águas azuis**, ou seja, que possua meios que possam atuar em longas distâncias e com autonomia, tanto de deslocamento, quanto de liberdade em usar o mar. Uma marinha de águas azuis pressupõe o interesse em controlar uma determinada área marítima, por um período de tempo, seja em tempos de paz ou de conflito. Já que para controlar uma área são necessários meios de longo alcance, robustez e alta capacidade bélica.

Após deixar claro, que possuem o objetivo de serem uma marinha de águas azuis, o documento destrincha quais seus ambientes de interesse e que pretendem assegurar, dedicando todo um capítulo a falar da região do Oceano Índico e sua geopolítica. Ao longo do documento é possível notar um afastamento da Marinha Indiana das operações de costa, estas operações, consideradas de baixa intensidade, foram repassadas para a Guarda Costeira indiana.

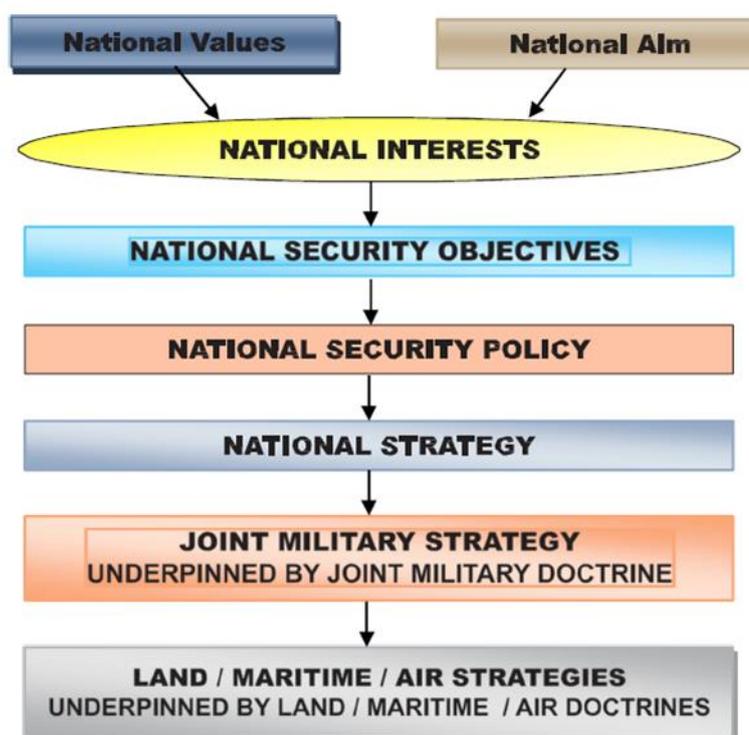
Assim como esperado de uma marinha de águas azuis, operações em mares distantes com o objetivo de gerar dissuasão (em tempos de paz) nos Estados que podem ser considerados ameaças e operações que levem a batalhas pelo controle do mar (OIR). A Estratégia (2007) menciona ameaças não-tradicionais, pirataria e terrorismo, ao tratar de terrorismo em especial, indica que tem o objetivo de deter ataques surpresas do Paquistão contra a Índia.

Em 2008, como apresentado anteriormente, a Índia sofreu um ataque terrorista, que durou cerca de três dias, 166 pessoas foram mortas e mais ou menos 300 pessoas ficaram feridas. Os terroristas que realizaram o ataque entraram pelo sul da costa de Mumbai, na região de *Cuffe Parade* e de lá 8 lugares foram palco dos ataques. Esse acontecimento pode ter levado à Marinha da Índia a refazer seus

²⁰ Do original: "It is a design for relating ends to means. The ends are clear: deterrence – conventional and/or strategic. Should deterrence fail – war-fighting and conflict-termination on terms favourable to India. The means are also clear: a three-dimensional, versatile, blue-water Navy, manned by our skilled human resource."

documentos precocemente, já que a Doutrina de 2004 teria uma validade de 14 anos. A primeira reformulação foi da Doutrina Marítima, lançada em 2009, esse documento, muito maior que o anterior, oferece um glossário conceitual necessário tanto para a compreensão das informações que seriam escritas ali, quanto para a formulação da nova Estratégia Marítima do país, também lançada em 2009²¹. Outra mudança muito clara é em relação ao fluxo de elaboração dos documentos estratégicos na Índia. Diferentemente do fluxo anterior, o primeiro fator, eram os “Interesses Nacionais”, no atual, os “Valores Nacionais” e os “Objetivos Nacionais” são os fatores que influenciam os interesses e apenas esses interesses têm influência direta nos “Objetivos de Segurança Nacional”.

Figura 7 – Fluxo de elaboração dos documentos estratégicos na Índia (2009)



Fonte: (Indian Navy, 2009, p. 5).

Ao explorar os interesses, objetivos e política de segurança nacionais da Índia, o primeiro objetivo apresentado é o de garantir a integridade dos cidadãos, território e espaço territorial. É diante disso observa-se uma reforma influenciada pelos conflitos que aconteceram entre a Índia e o Paquistão, principalmente o último, no ano de 2008.

²¹ A Estratégia Marítima Indiana chamada “*Ensuring Secure Seas*” foi publicada de forma física em 2009, em 2015 a mesma edição foi publicada em formato digital. A versão aqui usada é a disponibilizada no portal oficial da Marinha Indiana e pode ser encontrada o link que está nas referências deste trabalho.

Nessa Doutrina uma série de termos são apresentados e definidos, um glossário bem elaborado e com grande influência do Alfred Mahan e Julian Corbett em sua estrutura. O conceito mais importante a ser compreendido é o de **Controle do Mar**. Pois, é a partir desse termo que toda a atividade da Marinha Indiana é estruturada. Segundo o documento,

[...] controle do mar denota uma condição na qual se é capaz de utilizar uma área marítima definida, por um período de tempo definido, para os próprios propósitos e, ao mesmo tempo, negar seu uso aos adversários. (...) O Controle do Mar não é um fim em si mesmo. É um meio para um fim maior e, muito frequentemente, um pré-requisito para outras operações e objetivos marítimos, incluindo projeção de poder, proteção das linhas de comunicação, interdição das linhas de comunicação e operações anfíbias. (Indian Navy, 2009, p. 77 - tradução nossa²²).

Negação do Mar também é apresentada na doutrina, e sua definição é muito próxima do que foi apresentado na revisão de literatura: ato de negar ao adversário o uso de certa área marítima por um período de tempo, quando não é necessário para seu uso. A Marinha da Índia entende que o principal meio para operações dessa natureza é o submarino, o uso de mísseis no litoral também é mencionado e é apresentado como uma forma ofensiva e defensiva de lidar com o inimigo no conflito.

Quando usa de operações ofensivas, a **negação do mar** tem o objetivo de degradar ao máximo os meios, a força e as linhas de comunicação (militares ou mercantis) do inimigo, de uma forma furtiva. Quando defensivo, é uma forma de evitar que o inimigo use um espaço que não seja necessário para próprio uso, mas que suas próprias capacidades e esforços possam alcançar e serem direcionadas. É importante a ressalva de que para a Índia, **controle e negação do mar** não são excludentes²³: “Para obter o controle do mar em uma determinada área, pode ser necessário exercer a negação do mar em outra e vice-versa (Indian Navy, 2009, p. 78 - tradução nossa²⁴)”.

²² Do original: [...] sea control denotes a condition where one is able to use a defined sea area, for a defined period of time, for one's own purposes, and at the same time deny its use to the adversary. [...] Sea control is not an end in itself. It is a means to a higher end and very often a pre-requisite for other maritime operations and objectives, including power projection, SLOC protection, SLOC interdiction and amphibious operations.

²³ Vego (2018) e Tangredi (2013) concordam que usar controle e negação do mar são formas distintas de estratégias, porém que uma não exclui a outra. Dão o exemplo de que grandes marinhas usam o controle do mar para poder navegar com liberdade, e da negação para negar ao seu inimigo tal liberdade, apesar de limitarem essa negação, assim como o controle é apresentado por Vego (2016) que como dependente de tempo e espaço.

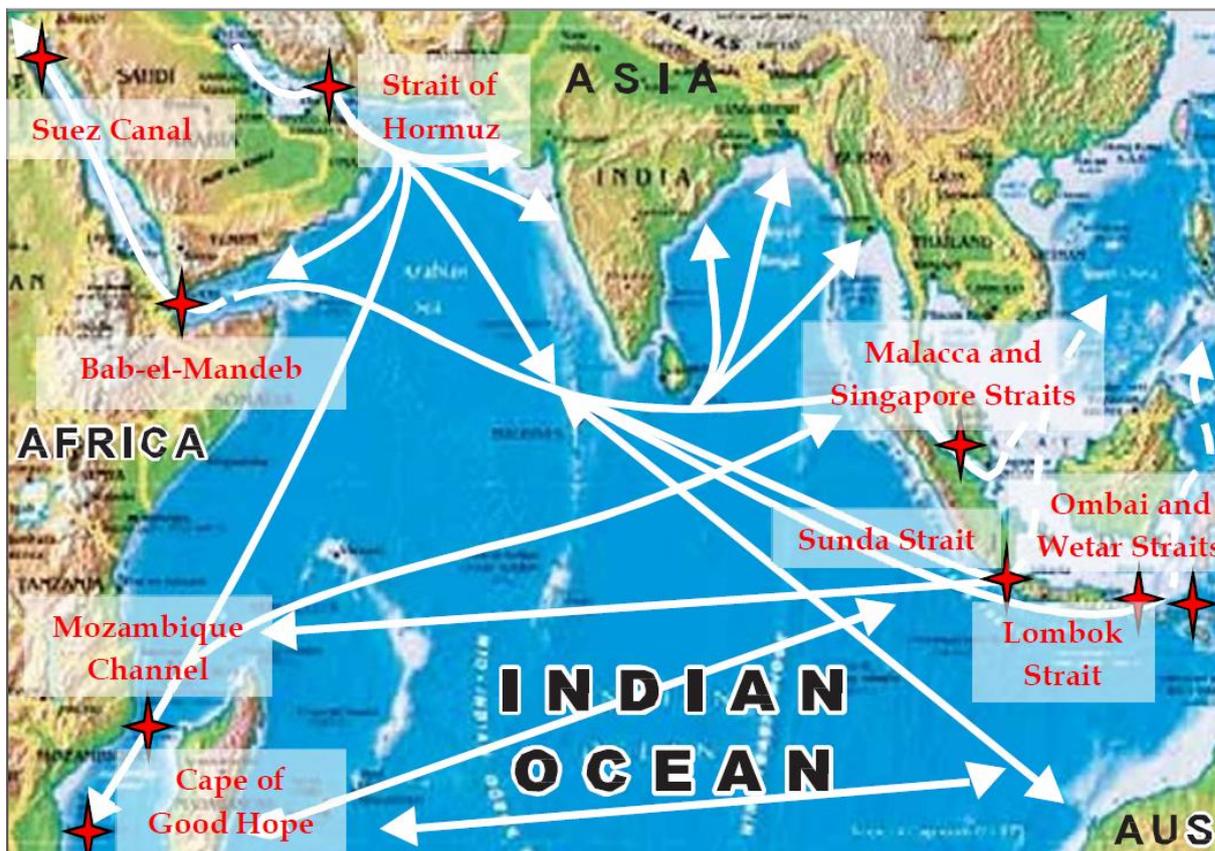
²⁴ Do original: In order to achieve sea control in a particular area, it may be necessary to exercise sea denial in another, and *vice versa*.

A agenda internacional da Índia tem finalidade clara, desde sua independência, que é reforçada pelas mudanças do pós-Guerra Fria: se colocar como a principal potência entre os países do Sul da Ásia e atingir o status de grande potência do Sistema Internacional. Um dos meios para tal é reforçar a presença naval em áreas de interesse estratégico.

A Índia possui uma vasta linha costeira, cerca de 7.517 km (abrangendo o continente, as Ilhas *Lakshadweep* e as Ilhas *Andaman e Nicobar*). Toda sua costa está presente no Oceano Índico, que possui uma área de 68.56 milhões de km² e é o terceiro maior oceano do mundo. O fato da Índia possuir uma cadeia de montanhas, o Himalaia, que é quase impossível de atravessar, e uma linha costeira extensa, faz com que tudo que precise entrar e sair do país seja através do mar (“Government of India”, [S.d.]; Rahn, 2006).

Diante desse cenário geográfico, existem alguns pontos de importância para Índia, que se fechados, não possibilitam, de forma fácil, o recebimento de suprimentos, suas linhas de comunicação são interrompidas e a segurança do país fica comprometida. Os *choke points* primários da Índia são: O Canal de Suez, Estreito de *Hormuz*, Estreito *Bab-el-Mandeb*, Canal de Moçambique, Cabo da Boa Esperança, os Estreitos de Malaca e Singapura, Sunda, Lomboque, Ombai e Wetar. Seja coincidência ou não, as principais rotas de transporte internacional, que estão no Oceano Índico, passam por todos esses estreitos.

Figura 8 – *Choke points* e Rotas de Transporte Internacional no Oceano Índico.



Fonte: (Indian Navy, 2009)

Outro ponto de grande importância e que é de clara identificação é que na Doutrina e Estratégia anteriores (2004 e 2007), os assuntos concernentes à costa e segurança *offshore* estava bem distante do interesse de atuação da Marinha. A região costeira da Índia, como maior parte dos Estados costeiros, possui uma grande atividade econômica, energética e populacional estratégica. Levando em consideração que o Paquistão divide fronteira terrestre e marítima e a única linha de comunicação marítima que possui é com a Índia, a segurança de sua costa deve possuir a devida importância. Na Doutrina de 2009, a costa recebeu a atenção necessária quanto à segurança e reconhecimento de sua vulnerabilidade, o ataque de 2008, além de ser pontuado, é colocado como base toda a atuação de sua área costeira.

A Estratégia de 2015 apresenta um grande esquema de segurança para a costa e suas áreas *offshore*, assim como sua Doutrina (2009). A costa indiana, na segunda geração de documentos não é apenas responsabilidade da Marinha, mas de um grupo de agências estatais, com objetivo de garantir a segurança de ameaças tradicionais e não tradicionais.

É importante pontuar que a estratégia para a costa não fala em negação, e sim controle. Uma vez que, por definição, nos documentos estratégicos indianos (Doutrina de 2009 e Estratégia de 2015), negar o mar implica em negar uma área que não precisa ser utilizada para interesse próprio, "[...] negar ao adversário o uso de um determinado espaço marítimo, por um período de tempo em que não seja necessário para seu próprio uso (Indian Navy, 2009, p. 78; Integrated Headquarters, 2015, p. 170)²⁵.

A costa indiana possui SLOCS de alta sensibilidade, a negação de área, de acordo com a definição da revisão de literatura e da Estratégia Marítima Indiana de 2015, pressupõe que negar a área não é uma opção, já que mais de 90% de tudo que a nação consome, vem pelo mar. O controle marítimo aqui, serve para bloquear os *choke points* e impedir que os antagonistas cheguem às áreas de maior sensibilidade. A Índia, desde sua Estratégia de 2007, defende a negação do uso do mar como recurso para salvaguardar a Segurança para subsídios estratégicos para a Índia, como a energia. É a missão militar que formula estratégias que objetivam a obtenção de meios militares para garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas, impedindo possíveis interrupções ou possíveis bloqueios dos *choke points* (Indian Navy, 2007, p. 47).

A construção naval, que durante toda a década de 1990 teve lento progresso, porém perene, sofreu com a falta de alocação de recursos e as consequentes postergações de prazos, viveu em 2008 um novo momento. Foram 38 pedidos de meios navais foram feitos, entre os quais o primeiro porta-aviões indiano, seis submarinos, três fragatas, dentre outros. Houve uma demanda por adquirir meios de forma imediata, os primeiros resultados começaram a surgir em 2009, com o submarino balístico nuclear INS *Arinhant*, o primeiro do tipo construído inteiramente na Índia. A política do “*Make in India*” foi levada a sério pelas instituições do Estado, além do INS *Arinhant*, em 2011, a Índia iniciou a construção de seu primeiro porta-aviões totalmente nacional (Ministry of Defense, 2008, 2009, 2011).

O posto de maior comprador²⁶ de armas do mundo (SIPRI, 2022) é algo que preocupa a Índia desde que percebeu a vulnerabilidade que um Estado sofre ao

²⁵ Do original “[...] denying the adversary the use of a particular maritime space, for a period of time when it is not required for one’s own use (p. 170).

²⁶ De acordo com o Relatório Anual do SIPRI (2022), a Índia é responsável por 11% de todo volume de importação de armas entre os anos de 2017-2021 (p.13).

depende de oferta externa para suprir suas necessidades domésticas de segurança. A Índia encontrou no “*Make in India*” uma forma de aquecer sua economia e movimentar aquilo que é chamado da “Tríplice Hélice”, um modelo de inovação em que a academia, a iniciativa privada e o governo são as instituições primárias para promover o desenvolvimento (Etzkowitz e Zhou, 2017).

Um Estado que decide adquirir seus próprios meios estratégicos, precisa observar duas coisas, a primeira é a posição de poder que o Estado alcança, no âmbito do sistema internacional, ao tornar-se possuidor de tecnologias sensíveis. Em segundo lugar, a produção local promove a padronização dos meios que, por sua vez, representa maior facilidade para manutenção, instrução e treinamento de pessoal. Esta ambição é um contraponto à retidão da Estratégia anterior (2007) e pôde ser instrumentalizada através *Indian Naval Indigenisation Plan (INIP) 2015-2030*, cuja finalidade é descrever todas as tecnologias a serem desenvolvidas, necessárias para a nacionalização da Marinha da Índia, até 2030 (Integrated Headquarters, 2015).

Uma comparação entre as Estratégias Marítimas de 2007 e 2015 mostra, especialmente, o desenrolar da mudança de um pensamento, forma de agir e planejar. O documento de 2015 demonstra, de forma muito clara, os interesses de desenvolvimento de uma Índia também em crescimento econômico e demográfico. A política externa do primeiro-ministro Manmohan Singh (2004-2014) foi reafirmada e de um modo mais enérgico. A política externa empregada a partir de 2015 pelo atual primeiro-ministro, Narendra Modi, vem projetando o país para o resto do mundo como foi o desejo dos indianos desde sua independência, buscando se reafirmar como maior potência entre os Estados do Sul Asiático, robustecendo os laços existentes e dando início a criação de outros (Government of India, [S.d.]). Outro ponto importante de apontar quando notamos as diferenças entre os primeiros documentos estratégicos é o fato de, nas versões atuais e vigentes, não mais haver termos, induções, ou algo que remeta ao desenvolvimento de uma marinha de águas azuis.

O primeiro objetivo da Marinha na Estratégia de 2007 se apresenta como ter uma marinha tridimensional, versátil e de águas azuis é o meio de alcançar a dissuasão. Já na Estratégia de 2015, o primeiro objetivo é deter conflito e coerção contra o Estado Indiano, o que corrobora com o primeiro objetivo da Doutrina de 2009 “Garantir a segurança do território nacional, espaço territorial, cidadãos, recursos e

rotas de comércio marítimo (Indian Navy, 2009, p. 06 - tradução nossa²⁷). Cada vez mais, nota-se que a influência de Alfred Mahan, diminui nos documentos estratégicos, e que conceitos como Controle e Negação do Mar, tomam maior importância. Uma vez que a Marinha ganha operações que vão além da projeção de poder através de uma marinha de águas azuis.

²⁷ Do original: “Ensure security of national territory, territorial space, citizens, resources and maritime trade routes”.

3 BRAHMOS

Em 1968, quando o Reino Unido saiu do Oceano Índico, a Índia acreditou que iria se posicionar como a principal potência na região. Seu principal objetivo, além de projetar seu poder, era fazer com que o Oceano Índico se mantivesse como uma zona de paz. No mesmo ano da saída da coroa britânica, a União Soviética entrou na região, os soviéticos que estavam em uma guerra contra o representante do Ocidente, os Estados Unidos da América (EUA), e tinha necessidade de se fazer presente nas mais diversas regiões, era uma forma de expressão de poder, de capacidades militares e da realização de alianças com a maior quantidade de aliados possíveis (Rahn, 2006; Tanham, 1992).

A Índia, desde o período de sua independência, em 1947, vinha tentando alguns acordos de cooperação com o Reino Unido (antigo colonizador), para que suas deficiências em meios de defesa fossem supridas. A sobrevivência do Estado indiano se tornou uma questão real a partir de 1962, devido à guerra sino-indiana, a crença de que a presença das tropas britânicas garantiriam sua segurança se mostrou como errada. A entrada dos EUA na Ilha Diego Garcia, em 1971, poderia ter sido uma possibilidade de fomentar uma cooperação no campo da segurança, porém, o fato dos norte-americanos serem aliados do Reino Unido não possibilitou essa parceria.

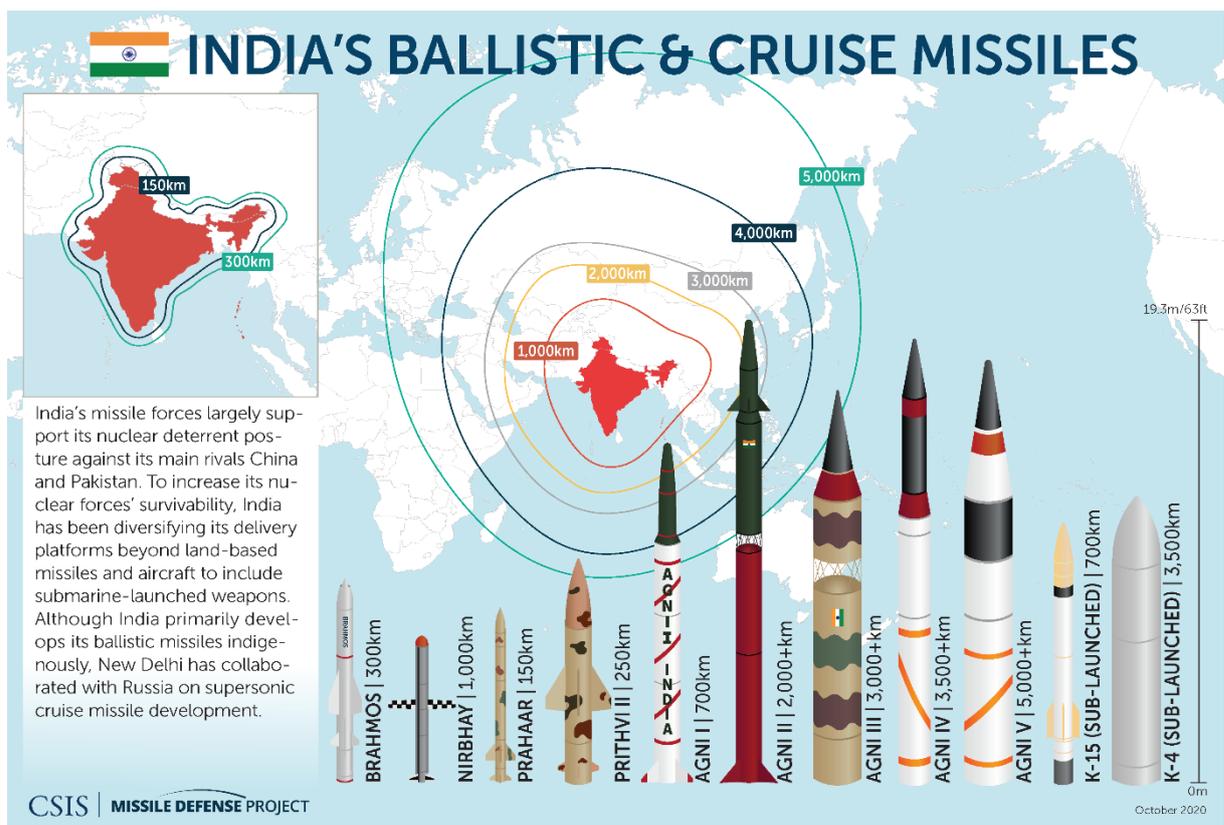
Diante desse contexto de isolamento e vulnerabilidade de seu território, a Índia, em 1971²⁸, assinou um acordo de Defesa com os soviéticos, a partir de então, um massivo investimento foi feito na Índia. A relação da Índia e União Soviética durante a Guerra Fria era baseada em três pilares: [...] vendas de armas soviéticas para a Índia; filosofia econômica fortemente compartilhada pelo setor público e extensa ajuda soviética; e o alinhamento geopolítico União Soviética–Índia vs. Estados Unidos–Paquistão–China (Menon, Rajan e Rumer, 2022). Apesar do fim da Guerra Fria, as relações, hoje com os russos, se mantêm firmes em dois elementos principais, o fornecimento de armas e mais recentemente de petróleo.

Em 1983, o então presidente da Índia, Dr. Abdul Kalam aprovou o desenvolvimento do Programa Integrado de Desenvolvimento de Mísseis Guiados (IGMDP). Esse programa, com prazo determinado para seu desenvolvimento, reuniu toda a comunidade científica da Índia - instituições acadêmicas, laboratórios de

²⁸ De acordo com Menon e Rumer (2022), a Índia e a União Soviética possuíam “relações estreitas e calorosas” desde a década de 1950.

pesquisa e desenvolvimento (P&D), indústrias e tomadores de decisão. O projeto tinha o objetivo de alcançar a autossuficiência no desenvolvimento e produção de diversos tipos de mísseis, de alcance intermediário e curto. Uma série de mísseis, incluindo o míssil balístico de alcance integrado (IRBM) *Agni*, o míssil tático *Prithvi*, os mísseis terra-ar *Akash* e *Trishul* e o míssil guiado antitanque *Nag* (“*BrahMos*”, [s.d.]; “*BrahMos Aerospace*”, [s.d.]).

Figura 9 – Mísseis Balístico e de Cruzeiro da Índia



Fonte: Missiles of India, online.

Uma parte dos mísseis desenvolvidos no IGMDP ainda estão operacionais, alguns como o *Agni*, desenvolveram uma série de modelos, outros como o *Nag*, tornam-se obsoletos. Em 1998, quando o presidente ainda era o Kalam, assinaram o Acordo Intergovernamental e a partir desse acordo que o *BrahMos Aerospace*, a entidade do *joint venture* (empreendimento conjunto) tomou forma. O Sistema de Míssil de Cruzeiro Supersônico *BrahMos* é o objeto do *joint venture* entre a Rússia e a Índia. O acordo bilateral, criou o *BrahMos Aerospace*, formado pela Organização de Pesquisa e Desenvolvimento de Defesa (DRDO) da Índia e a *Joint Stock Company* “*Military and Industrial Corporation* – conhecido na época como *Federal State Unitary*

Enterprise NPOM da Rússia – (JSC MIC Mashinostroyenia). O nome do projeto, e posteriormente do sistema de míssil de cruzeiro, *BrahMos*, tem origem no nome de dois rios importantes para os países em questão, a Índia e a Rússia, *Brahmaputra* e *Moskva*, respectivamente (“*BrahMos Aerospace - An India Russia Joint Venture*”, [s.d.]).

A Índia é dona de 50,5% da empresa, e a *BrahMos Aerospace* é a responsável por projetar, desenvolver, produzir e comercializar o míssil. Os parceiros estatais responsáveis pelo empreendimento, o DRDO e o JSC MIC, compartilharam conhecimento técnico e mão de obra especializada para o projeto conjunto. O míssil *BrahMos* (PJ-10) é baseado no míssil de cruzeiro antinavio russo P-800 Oniks, certas características o distinguem de outros mísseis de curto alcance que já existem. O primeiro lançamento bem-sucedido do *BrahMos* ocorreu em junho de 2001, e atualmente tem versões em serviço no Exército, Força Aérea e Marinha indiana (“*BrahMos*”, [s.d.]; “*BrahMos Aerospace - An India Russia Joint Venture*”, [s.d.]).

3.1 O MÍSSIL DE CRUZEIRO SUPERSÔNICO BRAHMOS EMBARCADO

O míssil de cruzeiro *BrahMos* embarcado tem a versatilidade de ser usado tanto em meios de superfície, quanto de subsuperfície. O acordo de desenvolvimento do míssil, que foi assinado em 1998, teve como predecessor o Programa Integrado de Desenvolvimento de Mísseis Guiados (IGMDP), assim como os mísseis que estavam contidos no IGMDP, o *BrahMos* tem o objetivo de alcançar a autossuficiência da Índia quando se trata de necessidades missilísticas.

Os mísseis são uma parte importante da tática, nos dias atuais, especificamente em nosso tema de pesquisa, a estratégia de Controle e Negação do mar, os mísseis estão no escopo de meios essenciais para o desenvolvimento dessa forma de doutrina estratégica. Uma vez que os documentos estratégicos marítimos da Índia usam e tomam como base os conceitos de Controle e Negação do Mar, podemos inferir que a adoção do *BrahMos*, em 2005, pela sua Marinha, foi uma forma de adequar os meios à sua estratégia.

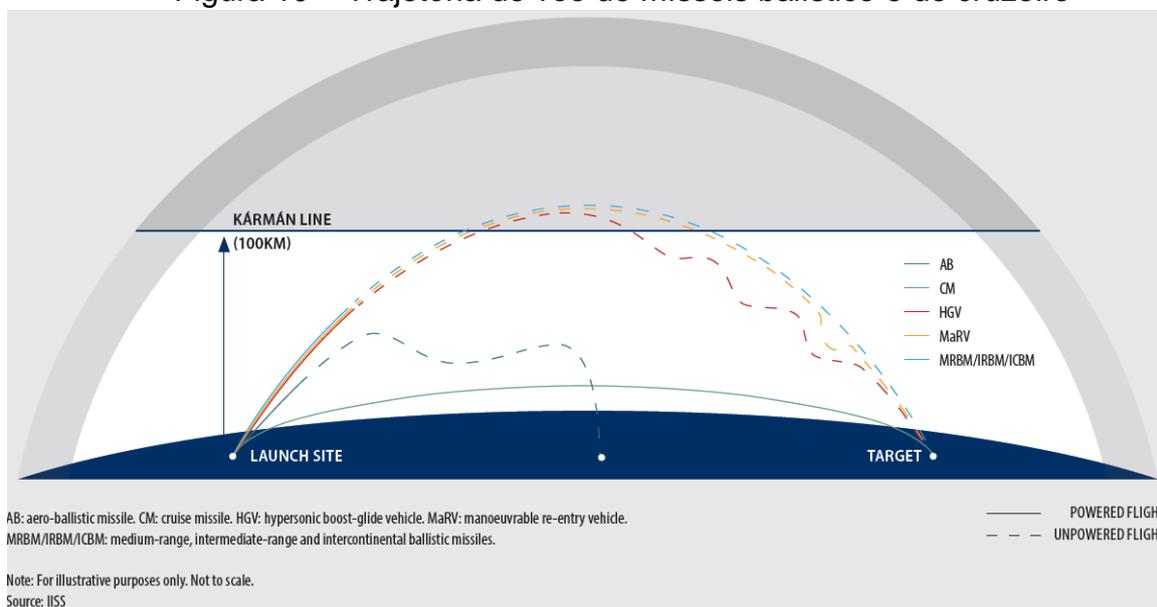
Antes de apresentar as características do Míssil de Cruzeiro Supersônico *BrahMos* embarcado, entenderemos o que é o míssil de cruzeiro com base no Manual do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR)²⁹ e no dossiê *MDI Missile*

²⁹ O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) foi formado em 1987 pelos países dos G-7, e é um entendimento político informal entre os Estados-membros que buscam limitar a proliferação

Technology: Accelerating Challenges (2022). O míssil de cruzeiro foi desenvolvido e usado na Segunda Guerra Mundial³⁰, é um míssil guiado, projetado para liberar uma carga explosiva em distâncias relativamente longas e com alta precisão. O que torna os mísseis de cruzeiro diferente de mísseis balísticos, é sua capacidade de voar em baixíssimas alturas e sua trajetória de voo. Já entre os mísseis de cruzeiro e os veículos aéreos não tripulados (UAVs) é que os UAVs são feitos para serem reutilizados, assim que retornam de suas missões, podem voltar e realizar novas, um míssil de cruzeiro atua uma vez (MTCR - Missile Technology Control Regime, 2017; MDI Missile Technology: Accelerating Challenges, 2022).

Outra grande diferença é a trajetória de voo de um míssil de cruzeiro, como mencionado, ele consegue voar em alturas muito baixas, e em linha reta, após alcançar a altitude desejada o que combinada com alta velocidade reduz drasticamente a possibilidade de ser detectado por algum sistema de radar.

Figura 10 – Trajetória de voo de mísseis balístico e de cruzeiro



Fonte: MDI Missile Technology: Accelerating Challenges (2022, p. 13).

O *BrahMos* (PJ-10), é um míssil de cruzeiro supersônico, que alcança uma velocidade entre Mach 2.0-2.8 – em torno de 2469,6 km/h e 3457,44 km/h

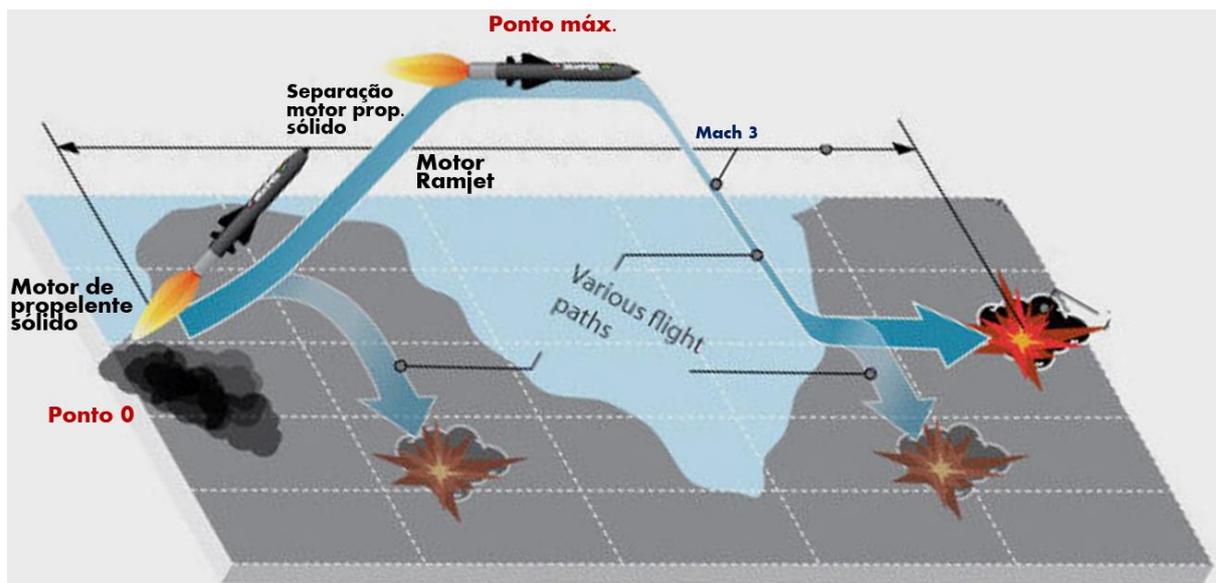
de mísseis e tecnologia de mísseis. Atualmente 35 países fazem parte do MTCR, e a Índia tornou-se membro em 2016 (“Perguntas frequentes (FAQs) – MTCR”, [s.d.]).

³⁰ A bomba voadora V-1, ou *Vergeltungswaffen*, foi desenvolvido pelo Centro de Pesquisa do Exército de *Peenemünde*, pela *Luftwaffe*, e esteve em serviço entre 1944-1945. Foi usada para o bombardeio terrorista de Londres, em 1944. Era movida por um motor de jato de pulso, era guiada por um piloto automático, um regulador de velocidade e altitude também, sua velocidade máxima era de 240km/h (ATKINSON, 2014; TANGYE, 2018).

respectivamente, a velocidade que alcança depende diretamente da altura que seja usada³¹. A velocidade supersônica alcançada gera uma dificuldade de interceptação e dá maior poder furtivo e ofensivo, usando da força cinética (velocidade), além da carga de explosivos que carrega. O PJ-10 possui tecnologia *stealth*, que torna o projétil menos visível a sistemas de detecção, apesar de ter dois sistemas de navegação, o inercial (INS) usado como orientador de curso intermediário e o *Active Radar Homing* (ARH) como orientador de curso final (*BRAHMOS*, [s. d.]; *BrahMos Aerospace*, [s. d.]).

O sistema de propulsão dos mísseis de cruzeiro são combinados em duas etapas, o *BrahMos* tem o seu primeiro estágio um motor de propelente sólido, levando o projétil até a velocidade supersônica. A segunda etapa, depois de separado de desacoplar o motor de propelente sólido, a propulsão *ramjet* leva o míssil para perto da velocidade de Mach 3, na fase de cruzeiro. O motor *ramjet* é à jato, de reação de combustão interna que queima combustível misturado com o ar que entra e o impulso é produzido pela liberação de gases quentes.

Figura 11 – Trajetória de voo do *BrahMos*



Fonte: Imagem da Ria Novosti (2010), informações adicionadas pela autora com base em *BrahMos Aerospace*, [s.d.]; MTCR - Equipment, Software and Technology Annex, (2022).

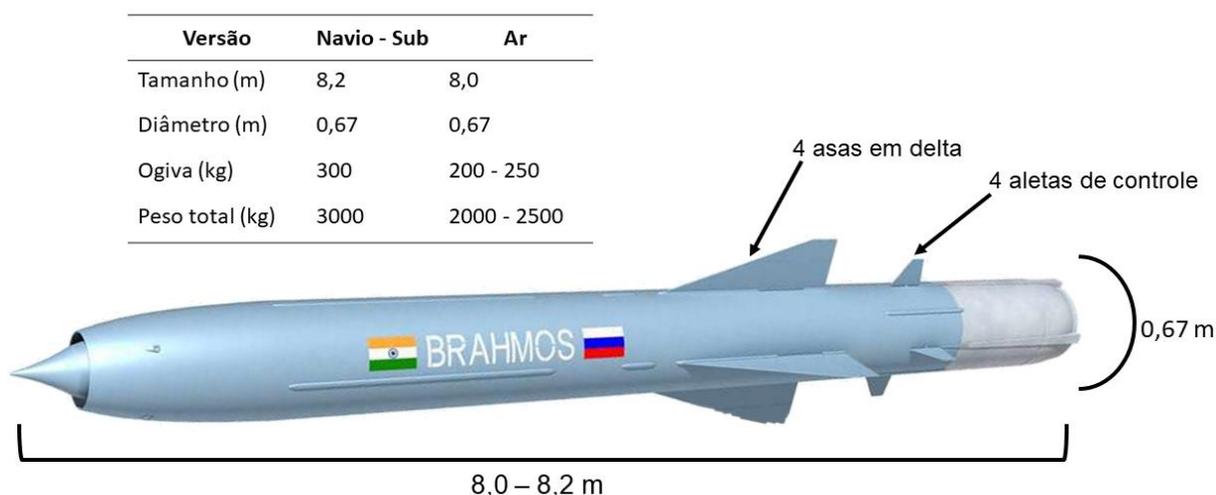
³¹ Existe uma divergência quanto a velocidade máxima alcançada pelo *Brahmos*, o site oficial da *BrahMos Aeroespacial* oficializa a velocidade Mach 3 e o relatório do CSIS Missile Threat informa a velocidade máxima Mach 2.8.

São motores com poucas peças móveis, não possuem compressores mecânicos, são, portanto, mais simples e menos custosos. A principal desvantagem dos *ramjets* é que eles não podem gerar empuxo a partir do estado de repouso, por isso, o motor de propelente sólido é usado para chegar até a velocidade inicial necessária (BRAHMOS AEROSPACE, [s. d.]; MTCR - Missile Technology Control Regime, 2017).

A versão comercial, de exportação, do *BrahMos* tem alcance de 290 km³², sua versão de uso doméstico tem alcance variável entre 300-500 km, a depender de qual plataforma é lançado e a variante do míssil também. A ogiva que o *BrahMos* carrega é convencional (não nuclear), que varia de 200 a 300 kg, a depender da versão e plataforma de lançamento, essa ogiva pode ser semi-perfurante ou de submunição (BRAHMOS, [s. d.]; BRAHMOS AEROSPACE, [s. d.]; INDIA [...], 2016)

A versão de navio e solo do *BrahMos* possui um comprimento de 8,2 m, diâmetro de 0,67 m, com uma ogiva convencional semi-perfurante de 300 kg, totalizando um peso de 3 toneladas. A versão para aeronave possui 8 m de comprimento, o diâmetro de 0,67 m e uma ogiva convencional semi-perfurante de 200 kg ou 250 kg de submunição, totalizando 2,2 ton. ou 2,5 toneladas, respectivamente. Todas as versões possuem quatro asas delta de ponta cortada, no meio do corpo do projétil e mais 4 pequenas aletas de controle na parte traseira. Podem ser lançadas verticalmente, de rampas inclinadas ou a partir de aeronaves (BRAHMOS AEROSPACE, [s. d.]).

Figura 12 – Informações técnicas sobre o Míssil *BrahMos*



³² Em 2016 a Índia integrou o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), e também fez a primeira venda do *BrahMos*, para o Vietnã. A versão de exportação tem autonomia de 290km, para se enquadrar nas restrições de alcance do MTCR de mísseis de até 300km (INDIA [...], 2016).

Fonte: Figura elaborada pela autora com base em informações técnicas sobre o míssil, obtidas no portal *Missile Threat CSIS e BrahMos Aerospace*.

O *BrahMos*, como mencionado, está em operação nas três Forças Armadas da Índia, o que o faz ser o único sistema de mísseis de cruzeiro supersônico versátil que está em serviço. Nessa pesquisa, tendo em vista que o tema busca a relação entre a adoção do *BrahMos* pela Marinha da Índia e o pensamento estratégico marítimo de Controle e Negação do mar, os sistemas navais (lançamento de navio e submarino), serão melhor detalhados.

3.2 O USO DO BRAHMOS NA MARINHA INDIANA

A Marinha Indiana é dividida em três Comandos, sendo eles: Comando Naval Ocidental (Mumbai), Comando Naval Oriental (Visakhapatnam), Comando Naval do Sul (Kochi) e Comando Andaman e Nicobar (Porto Blair). As escolas de treinamento ficam no Comando Naval do Sul, as duas frotas de submarinos se encontram nos Comandos Naval Oriental e Ocidental. A Marinha Indiana conta com 73.850 oficiais, incluindo 7.000 da Aviação Naval e 1.200 Fuzileiros Navais (IISS, 2023; Indian Ministry of Defense, [s. d.]).

Tabela 3 – Tipo, Classe e Quantidade de Capacidade Bélica da Índia

Tipo	Classe	Quantidade
Submarinos	SSBN	1
	SSK	15
Porta-Aviões	CV	2
Destroieres	DDGHM	7
	DDGM	3
Fragatas	FFGHM	12
	FFH	4
Corvetas	FSGM	7
	PSOH	10
	PCFGM	7
	PCMT	1
	PCC	15
	PCF	4
	PBF	120
Embarcações Anfíbias	LPD	1
Navios de Desembarque	LSM	3
	LST	5
Lancha de Desembarque	LCT	8
	LCM	4
Logística e Suporte	AFD	2

	AGOR	1
	AGHS	7
	AGM	1
	AO	4
	AOL	10
	AOR	1
	AORH	3
	AP	3
	ASR	1
	ATF	1
	AWT	3
	AX	1
	AXS	4
Aeronaves	FTR	42
	ASW	15
	MP	12
	TPT: Light, PAX	37: 27, 10
	TRG	29
Helicóptero	ASW	36
	MRH	73
	AEW	11
	TPT	11
UAVs	ISR	10

Fonte: Elaborado pela autora com base em IISS, 2023.

A Índia considera sua capacidade missilística como um fator dissuasório, em relação ao *BrahMos*, essa dissuasão tem a natureza convencional, uma vez que as ogivas que o míssil carrega não são nucleares. Apesar do míssil *BrahMos* possuir capacidade de ser operado em diversas plataformas, terrestre, aérea, aquática e subaquática, não existem especificações sobre a utilização desse meio na Doutrina Conjunta das Forças Armadas da Índia, na Doutrina e Estratégia Marítima. Não existe nenhum outro documento balizador elaborado especificamente para o uso do *BrahMos* embarcado (Indian Navy, 2007, 2009).

A educação dos oficiais quanto ao manuseio para o uso do míssil tem duas etapas: toda a documentação referente à reparação, conhecimento técnico e como manusear o míssil e a etapa de simulação e interface do míssil é desenvolvida pela *BrahMos Aerospace*, técnicas de modelagem de objetos é utilizada, simulação de jogos e emuladores, por exemplo (*Brahmos Aerospace*, [s.d.]).

O Míssil *BrahMos* foi criado com base no míssil de cruzeiro antinavios, o soviético P-800 *Oniks*. Desde o início, a missão inicial do projeto *BrahMos* era ser usado na Marinha da Índia, e posteriormente expandido seu uso para outros tipos de plataformas, atualmente está em operação nas três Forças Armadas da Índia. O

Ministério da Defesa da Índia, desde o ano de 2002 faz o lançamento de relatórios anuais que apresentam as atividades realizadas naquele ano.

Figura 13 – Comparativo entre o *Oniks* (P-800) e *BrahMos* (PJ-10)

P-800 Oniks (SS-N-26 "Strobile")		BrahMos (PJ-10)	
Origem	Rússia	Origem	Índia, Rússia
Classe	Míssil de cruzeiro anti-navio (ASCM)	Classe	Míssil de cruzeiro supersônico
Lançamento	Ar, navio, submarino	Lançamento	Terra, navio, submarino, ar
Comprimento	8,6 m superfície-superfície 8,3 m ar-superfície	Comprimento	8,2 m navio, submarino. terra 8,0 m ar
Diâmetro	0,67 m	Diâmetro	0,67 m
Peso	3 kg superfície-superfície 2,550 kg ar-superfície	Peso	3 kg navio, submarino, terra 2,2 kg ar
Alcance	300 km	Alcance	300 km
Velocidade	Mach 2-2.2	Velocidade	Mach 2-2.8
Altitude máx.	14km	Altitude máx.	14km



Fonte: Figura elaborada pela autora com base em informações e imagens retiradas de CSIS *Missile Threat BrahMos*, [s.d.]; P-800 Oniks/Yakhont/Bastion (SS-N-26 Strobile), [s.d.].

Os primeiros testes do *BrahMos* aconteceram em junho de 2001 e abril de 2002, em ambos os testes o míssil realizou todas as missões. Em 2003 o primeiro lançamento de uma plataforma naval de superfície aconteceu, em um cruzador, o míssil foi disparado em uma velocidade de cerca de 12-15 nós (22,2-27,7 km/h), que atingiu o alvo com sucesso. Após esse teste, a Marinha da Índia enviou uma carta de interesse para adquirir o *BrahMos*. No ano de 2005, a Marinha indiana implantou o *BrahMos*, inicialmente no INS *Rajput*, um destróier de mísseis guiados (Ministry of Defense, 2002, 2003, 2005).

A versão para ser usada em navio possui duas formas de lançamento, vertical e inclinada, podendo ser lançada de uma plataforma móvel ou estática contra alvos no mar, ou em terra, os chamados mísseis superfície-superfície. O míssil tem configuração muito parecida para as plataformas terrestre, marítima e submarina, e são transportados em um *Transport Launch Canister* (TLC)³³.

³³ Cilindro de Transporte para Lançamento (CTL).

Figura 14 – Lançamento vertical e inclinado baseado em navio



Fonte: Indian Navy (2018, 2020).

O *BrahMos* foi implantado nas plataformas de combate de superfície da linha de frente da Marinha indiana como a principal arma de ataque. Seu lançamento em “salva” também consegue ser feito nas plataformas de superfície navais, com intervalo de 2 a 2,5 segundos e até 8 projéteis podem ser lançados em diferentes trajetórias. Na Marinha da Índia, o *BrahMos* está presente em três classes de destróieres: *Kolkata* (Project 15^a), *Visakhapatnam* (Project 15B), e *Rajput* (FSU Kashin); e em duas classes de fragatas: *Shivalik* (Project 17), e *Talwar II* (*Brahmos Aerospace*, [S.d.]; IISS, 2023).

A versão de lançamento submarino pode ser lançado de uma profundidade entre 40 e 50m. Seu uso é em um lançador modular vertical, no casco de pressão do submarino, e suas configurações são idênticas às do sistema baseado nas plataformas de superfície.

Figura 15 – Local de armazenamento do míssil de cruzeiro *BrahMos* em um submarino



Fonte: *BrahMos* Submarine Launch (2019).

A ponta do projétil conta com uma tampa que durante o voo subaquático impede que a água entre na entrada de ar, sensores que possuem o comando “fora da água” permite que essa tampa seja disparada e o míssil gire para a direção desejada para atingir o alvo. Apesar de ainda não ter sido incorporado nos submarinos da Índia (atualmente são 16 convencionais), o míssil foi testado em 2013 em uma plataforma submarina, na Baía de Bengala, na costa de *Visakhapatnam* (*Brahmos Aerospace*, [S.d.]).

Existe também o desenvolvimento do *BrahMos-NG* (*Next Generation*) , para os submarinos de ataque diesel-elétricos da Marinha Indiana, o Projeto 75 I. Esse novo projétil foi testado em 2019 e espera que seja implantado operacionalmente no ano de 2024. O *BrahMos-NG* chegará a velocidade Mach 3.5 (4321,8 km/h), terá o mesmo alcance do *BrahMos*, porém pesará 50% menos e também será 3 m menor que a versão atual (*Brahmos Aerospace*, [s. d.]; Gady, 2019). Apesar de ainda não ser operacional nas forças de submarino indianas, já é clara a intenção de fazer do míssil de cruzeiro *BrahMos* sua principal arma contra ameaças se façam presentes em sua costa, ou no limite de 300 km de distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tem como tema a adoção e operacionalização do míssil de cruzeiro *BrahMos* na Marinha da Índia, como uma forma de refletir o pensamento estratégico de Controle e Negação do Mar. A pergunta norteadora do trabalho foi: Como a adoção e operacionalização do míssil de cruzeiro *BrahMos* reflete a estratégia e doutrina de Controle e Negação do Mar da Marinha da Índia?

No Capítulo 1 foi feita a revisão de literatura voltada para a Teoria da Guerra Naval, de Julian Corbett. A discussão nesse capítulo foi afinada para o entendimento dos conceitos de Controle e Negação do mar, como são apresentados na literatura. A relação entre os termos e conceitos, suas diferenças e similaridades foram discutidas, com o objetivo de fazer o leitor entender com maior clareza o que a Índia apresenta e tem como base em seus documentos estratégicos. Concluindo que os meios devem ser adquiridos de acordo com a doutrina e estratégia adotada por uma marinha de guerra.

Em seguida foi apresentada e levada ao debate a história da Marinha da Índia, bem como os eventos da história doméstica e externa interferiram no pensamento estratégico marítimo da Índia. Os principais eventos históricos, entendidos pela autora como de maior relevância para a mudança de pensamento estratégico marítimo indiano foram evidenciados e as relações político-econômicas foram consideradas. Visto que, a política nacional ou pensamento estratégico de uma nação não é determinado com base em fatores de baixa complexidade.

A partir desse entendimento, os documentos estratégicos da Índia, – Doutrina Marítima da Índia (2004), *Freedom to Use the Seas: India's Maritime Military Strategy* (2007), Doutrina Marítima da Índia (2009) e *Ensuring Secure Seas: India's Maritime Military Strategy* (2015), foram analisados. Os textos tiveram seu ponto de partida para análise, os eventos históricos apresentados e como as mudanças de pensamento da Marinha da Índia puderam ser identificadas, até a adoção do *BrahMos* embarcado. Neste capítulo foi possível inferir que as relações empregadas pela Índia foram além de sua possibilidade de escolha, o Estado indiano tinha entendimento de sua vulnerabilidade e sabia que precisava fortalecer as suas capacidades de defesa. A história nos contou que os acordos assinados entre a Índia e a Rússia, supriam suas necessidades econômicas, tecnológicas e de meios para suas Forças.

No último capítulo pudemos conhecer quem propôs o joint venture entre a Índia e a Rússia, quais as origens técnicas do míssil de cruzeiro *BrahMos* e qual era seu propósito ao ser desenvolvido. Seguido em como a Marinha da Índia operacionaliza o míssil, após a sua adoção e como ele é apresentado na doutrina e estratégia marítima e quais são as implicações do *BrahMos* para o Controle e a Negação do Mar. O *BrahMos*, apesar de ainda não estar em operação na força de submarinos da Índia, existe a intenção de fazê-lo sua arma principal nos submarinos diesel-elétricos que estão em desenvolvimento.

O míssil de cruzeiro *BrahMos*, representa a principal intenção dos documentos marítimos indianos, o Controle da área marítima que dá acesso direto a sua costa e a Negação do mar para seus antagonistas em espaços que não necessitem de uso real para atingir seus objetivos em tempos de paz ou guerra. A combinação dessas duas formas estratégicas é o melhor que uma marinha pode operar, negar a área ao seu inimigo, e ao mesmo tempo ter o controle desse espaço ao ponto que possa usá-lo para alcançar seus objetivos.

Corbett, na Teoria de Guerra Naval, fala constantemente sobre a adequação dos meios a estratégia de uma marinha. Estratégia sendo a educação da mente que lidera, e a tática a utilização das forças navais para o alcance dos objetivos determinados estrategicamente, para alcançar os objetivos políticos de uma marinha, é necessário que os meios sejam bem constituídos e seu uso, muito claro.

Apesar de Controle e Negação do mar serem conceitos ocidentais, Corbett entende que teoria é valiosa como elemento de estudo e que só é útil quando há possibilidade de adaptar, modificar e pensar sobre ela dentro de seu contexto. Portanto, os meios adequados para uma marinha que usa de Controle e Negação do Mar deve ser determinado a partir das características de uma nação, território, localização e tamanho de sua costa. Coisa que a Marinha Indiana tem feito, com adaptações necessárias, introduz modifica à sua visão os conceitos de Controle e Negação do mar em seus documentos.

Essa agenda de pesquisa precisa se atentar às novas gerações do míssil *BrahMos*, suas modificações técnicas, se serão adotadas de fato pela Marinha Indiana e como serão apresentadas em seus documentos. Observar se esses novos meios reforçarão a doutrina e estratégia vigentes, ou se encaminharão para um desvio estratégico diante de mudanças no cenário internacional. A priorização da Rússia pela

China em sua política externa, na deterioração das relações entre China e Índia, levanta perspectiva de uma grande mudança nas relações russo-indianas.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, B. J. Mahan Versus Corbett in Width, Depth, and Context. *Military Strategy Magazine*, v. 7, n. 4, 2022. Disponível em: <https://www.militarystrategymagazine.com/article/mahan-versus-corbett-in-width-depth-and-context/>. Acesso em: 20 set. 2022.

ATKINSON, R. *The Guns at Last Light: The War in Western Europe, 1944–1945: Volume Three of the Liberation Trilogy*. Disponível em: <https://www.publishersweekly.com/9780805062908>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BARCELLOS, J. M. V. O Entorno Estratégico Indiano: Uma Análise das Ameaças e dos Dilemas de Segurança do País. *Conjuntura Global*, v. 11, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjgloblal/article/view/84390/47544>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BEDI, R. A new doctrine for the Navy. 15 Jul. 2004. *India*. Disponível em: <https://frontline.thehindu.com/the-nation/article30223434.ece>. Acesso em: 2 jul. 2023.

BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. (Org.). *Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/process-tracing/5BBC24CBF2E89114817741D0476C07A9>. Acesso em: 15 jul. 2023. (Strategies for Social Inquiry).

BrahMos Aerospace. Disponível em: <https://www.BrahMos.com/index.php>. Acesso em: 30 maio 2023.

BrahMos Submarine Launch. [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.defenceiq.com/air-forces-military-aircraft/articles/BrahMos-chasing-the-worlds-fastest-jet-launched-cruise-missile>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BrahMos. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/missile/BrahMos/>. Acesso em: 16 maio 2023.

BRIEF, A. A brief history of the Kashmir conflict. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/1399992/A-brief-history-of-the-Kashmir-conflict.html>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CHAGAS, G. As tensões entre China e Índia: disputas territoriais e rivalidade histórica. Núcleo de Estudos do BRICS. [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/as-tensoes-entre-china-e-india-disputas-territoriais-e-rivalidade-historica/>. Acesso em: 8 jul. 2023.

CLAUSEWITZ, C. V. *Da Guerra*. Brasília: Editora UnB, 1979.

COAFFEE, J.; MOORE, C.; BARNARD-WILLS, D. *Terrorism and Crowded Places: Lessons from Mumbai*. Royal United Services Institute. [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://rusi.org/publication/terrorism-and-crowded-places-lessons-mumbai>. Acesso em: 15 maio 2023.

CORBETT, J. S. *Principles of Maritime Strategy*. 1. ed. Londres e Nova Iorque: Longmans, Green and Co., 1911. Disponível em: <https://store.doverpublications.com/0486437434.html>. Acesso em: 19 set. 2022.

DUARTE, E. E. Clausewitz, Corbett e o desafio das guerras limitadas. *REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL*, v. 21, n. 2, p. 115–144, 2015.

Equipment, Software and Technology Annex. [S.l.]: MISSILE TECHNOLOGY CONTROL REGIME (M.T.C.R.). Acesso em: 30 maio 2023, 2022.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos Avançados*, v. 31, p. 23–48, ago. 2017.

GADY, F. India Developing *BrahMos*-NG Missile for Project 75I Submarines. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/07/india-developing-BrahMos-ng-missile-for-project-75i-submarines/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GOVERNMENT OF INDIA. About Us, Make In India. Disponível em: <https://www.makeinindia.com/about>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GRAY, C. S. *The Leverage of Sea Power: The Strategic Advantage of Navies in War*. [S.l.]: Free Press, 1992.

GUPTA, A. India's maritime strategy: Aspirations and reality. *Naval Powers in the Indian Ocean and the Western Pacific*. New York: Routledge, 2018. p. 278. Disponível em: <https://www.routledge.com/Naval-Powers-in-the-Indian-Ocean-and-the-Western-Pacific/Hensel-Gupta/p/book/9780367524548>. Acesso em: 15 maio 2023.

HIRANANDANI, G. M. 1971 War: The First Missile Attack on Karachi. In: *INDIAN DEFENCE REVIEW*. 8 dez. 2021. Disponível em: <http://www.indiandefencereview.com/interviews/1971-war-the-first-missile-attack-on-karachi/>. Acesso em: 28 out. 2023.

HIRANANDANI, G. M. *New Delhi, Transition to Eminence: The Indian Navy 1976-1990*. New Delhi: Lancer Intl Lancer Pr, 2005.

History | Indian Navy. Disponível em: <https://www.indiannavy.nic.in/content/history>. Acesso em: 16 jul. 2023.

IISS, The International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2023: The International Institute for Strategic Studies*. [S.l.]: Taylor & Francis Ltd, 2023. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-Military-Balance-2023/IISS/p/book/9781032508955>.

India joins elite missile control group MTCR. *BBC News*, 28 Jun. 2016. India. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-36648279>. Acesso em: 30 maio 2023.

INDIAN NAVY. *Freedom to use the Seas: India's Maritime Military Strategy (2007)*. Integrated Headquarters, Ministry of Defence.

_____. *Indian Maritime Doctrine (2004)*. Integrated Headquarters,

Ministry of Defence.

_____. Indian Maritime Doctrine (2009). Integrated Headquarters, Ministry of Defence. Disponível em: https://www.idsa.in/idsacomments/indias-new-maritime-security-strategy_asingh_211215. Acesso em: 23 jun. 2023. 2009.

LEAHY, J.; SOOD, V. The night Mumbai became scene from a nightmare. Financial Times, 27 Nov. 2008. Disponível em: <https://www.ft.com/content/12c9ad4a-bca9-11dd-af5a-0000779fd18c>. Acesso em: 8 jul. 2023.

LINDBERG, M.; TODD, D. Brown-, Green- and Blue-Water Fleets: The Influence of Geography on Naval Warfare, 1861 to the Present. [S.l.]: Praeger, 2001.

LYON, P. Conflict Between India and Pakistan: An Encyclopedia. Illustrated ed. Santa Barbara, Calif: Bloomsbury Publishing PLC, 2008.

MAHAN, A. T. The Influence of Sea Power Upon History (1660-1783). Boston: Little Brown, and Company, 1890. Disponível em: http://www.enabed2016.abedef.org/resources/download/1403180516_ARQUIVO_MahanInfluenceofSeaPowerUponHistory.pdf.

MDI Missile Technology: Accelerating Challenges. [S.l: s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/strategic-dossiers/mdi-missile-technology-accelerating-challenges/>. Acesso em: 9 jul. 2023.

MENON, R. Maritime Strategy and Continental Wars. [S.l.]: Psychology Press, 1998.

MENON, R.; RUMER, E. Russia and India: A New Chapter. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2022/09/20/russia-and-india-new-chapter-pub-87958>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MINISTRY OF DEFENSE. Annual Report (2002-2003). Government of India., 2002.

_____. Annual Report (2003-2004). Government of India., 2003.

_____. Annual Report (2005-2006). Government of India., 2005.

_____. Annual Report. Government of India., 2009.

_____. Annual Report. Government of India., 2010.

_____. Annual Report. Government of India., 2012.

MTCR - MISSILE TECHNOLOGY CONTROL REGIME (Org.). Annex Handbook. [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://mtrc.info/wordpress/wp-content/uploads/2017/10/MTCR-Handbook-2017-INDEXED-FINAL-Digital.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023., 2017.

O'LAVIN, B. Mahan and Corbett on Maritime Strategy. Fort Belvoir, VA: Defense Technical Information Center, 8 Nov. 2009. Disponível em: <http://www.dtic.mil/docs/citations/ADA509453>. Acesso em: 7 mar. 2023.

P-800 Oniks/Yakhont/Bastion (SS-N-26 Strobile). Disponível em:

<https://missilethreat.csis.org/missile/ss-n-26/>. Acesso em: 9 jul. 2023.

POKRAKA, A. History of Conflict in India and Pakistan. Disponível em: <https://armscontrolcenter.org/history-of-conflict-in-india-and-pakistan/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

Profile| National Portal of India. Disponível em: <https://www.india.gov.in/india-glance/profile>. Acesso em: 15 jul. 2023.

RAHN, D. Unlocking Indian Maritime Strategy. 2006. 103 f. Naval Postgrade School, California, 2006. Acesso em: 4 jul. 2023.

RASKA, M. Conceptualising the A2/AD Debate: Perspectives, Responses, and Challenges. Countering Anti-Access/Area Denial Challenges, Strategies and Capabilities. Singapura: S. Rajaratnam School of International Studies, 2017. Disponível em: https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2018/04/ER180424_Countering-Anti-Access.pdf.

REZENDE, F. C. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, p. 297–337, dez. 2011.

SAINT-PIERRE, H. L. “Defesa” ou “segurança”? reflexões em torno de conceitos e ideologias. Contexto Internacional, v. 33, p. 407–433, dez. 2011.

SCOTT C. NIETZEL. The Falklands War understanding the power of context in shaping Argentine strategic decisions. 2007. 87 f. Naval Postgrade School, Monterey, California, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/36696956.pdf>.

SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute. SIPRI Yearbook 2022: Armaments, Disarmament and International Security. Oxford, New York: Oxford University Press, 2022. (SIPRI Yearbook Series).

SMITH, C. T. Century of the Seas: Unlocking Indian Maritime Strategy in the 21st Century. 2017. Naval Postgrade School, 2017. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/citations/AD1046925>. Acesso em: 4 jul. 2023.

TANGREDI, S. J. Anti-Access Warfare: Countering A2/AD Strategies. 1. ed. Annapolis: Naval Institute Press, 2013. v. 1. (1, 1).

TANGYE, N. Flying Bombs and Rockets | Foreign Affairs. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181125225207/https://www.foreignaffairs.com/articles/1945-10-01/flying-bombs-and-rockets>. Acesso em: 16 jul. 2023.

TANHAM, G. K. Indian Strategic Thought: An Interpretive Essay. [S.l.]: RAND Corporation, 1 Jan. 1992. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/reports/R4207.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. 1ª edição ed. [S.l.]: InterSaberes, 2017.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. O Desafio da Dissuasão Convencional no Ambiente Multidomínio: Antiacesso e Negação de Área como Resposta. Centro de Estudos

Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, v. 18, n. 4, p. 7–21, 2020.

THE WORLD BANK. World Bank Open Data: GDP (current US\$). Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 9 jul. 2023.

UNITED NATIONS (Org.). World Population Prospects 2022: Summary of results. New York: United Nations, 2022. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf.

VEGO, M. Maritime Strategy and Sea Control: Theory and Practice. London: Routledge, 2016.

_____. Maritime Strategy and Sea Denial: Theory and Practice. London: Routledge, 2018.

_____. Naval Strategy and Operations in Narrow Seas. [S.l.]: Routledge, 2005. v. 2. Disponível em: <https://www.routledge.com/Naval-Strategy-and-Operations-in-Narrow-Seas/Vego/p/book/9780714644257>. Acesso em: 27 fev. 2023.

VIEGAS, P. Isolados do mundo: o que se passa em Caxemira? 8 Set. 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/isolados-do-mundo-o-que-se-passa-em-caxemira-11272655.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

WALTZ, K. N. Theory of International Politics. Long Grove, Illinois: Waveland Press, 2010.

WOLPERT, S. A. British raj: Imperialism, Impact, History, & Facts. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/British-raj>. Acesso em: 8 jul. 2023.